

**LARISSA KARLA CAETANO**

**SISTEMA DE COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: UM DESAFIO  
PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA**

**Monografia apresentada como requisito  
parcial para conclusão do curso de  
bacharelado em Relações Internacionais do  
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Renata de Melo Rosa**

**BRASÍLIA – DF  
JUNHO DE 2004**

*“O modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual”.*  
*Jurgen Habermas*

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	I
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	III
<b>RESUMO</b> .....	V
<b>ABSTRACT</b> .....	VI
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	VII
<b>1. DÍVIDA SOCIAL BRASILEIRA</b> .....	01
1.1 UMA HISTÓRIA QUE NÃO COMEÇOU HOJE.....	01
1.2 A EDUCAÇÃO NEGADA AO NEGRO NO BRASIL.....	06
<b>2. POLÍTICAS NECESSÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA</b> .....	09
2.1 AS AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS UNIVERSITÁRIAS.....	09
2.2 FENÓTIPO COMO CRITÉRIO DAS COTAS.....	12
2.3 A ADOÇÃO DE COTAS NA 1ª UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAÍS.....	15
2.4 O IMPASSE DAS COTAS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....	19
<b>3. AS PRINCIPAIS CONQUISTAS</b> .....	21
3.1 LUTA DOS MOVIMENTOS NEGROS.....	21
3.2 AS CONQUISTAS NA ÁREA EDUCACIONAL.....	23
3.2.1 CONFERÊNCIA DE DURBAN.....	24
3.2.2 PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.....	25
3.2.2.1 FINANCIAMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.....	26
3.2.2.2 UNESCO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	28
3.3 O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO ATUAL GOVERNO .....	29
<b>4. UM OLHAR NEGRO E DUAS VISÕES</b> .....	32
4.1 ENTREVISTA COM Sr. IVAN BRAZ.....	33
4.2 ENTREVISTA COM A Sr <sup>a</sup> . JACIRA DA SILVA.....	41

<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	VIII
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	XII

## **LISTA DE SIGLAS**

**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento

**CEAM** - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

**CEPE** - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INEP** - Instituto Nacional de Pesquisas educacionais

**IPEA** - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada

**MEC** - Ministério da Educação

**NEAB** - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PIC** - Projetos Inovadores de Curso

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**SEMTEC** - Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação

**SEPPIR** - Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

**UERJ** - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**UNB** - Universidade de Brasília

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a Cultura

**USP** - Universidade de São Paulo

## **RESUMO**

Este trabalho se propõe a explicar o nível de desigualdade educacional na população negra baseada na ausência dos afro-brasileiros nas universidades do país. O estudo faz um breve histórico sobre o período da escravidão e as deficiências que o sistema educacional apresenta desde o período pós-abolição. Propõe-se analisar se o Brasil está preparado a reparar as desigualdades através das ações afirmativas e da inserção do negro na universidade através do sistema de cotas. Em seguida relata-se as principais conquistas obtidas contra a discriminação racial, finalizando com os depoimentos de dois membros do movimento negro.

## **ABSTRACT**

The purpose of the present study is to discuss the level of educational inequality in the black population in Brazil, based on the absence of Afro-Brazilians in the universities of the country. The study gives a brief historical background on the slavery period and the deficiencies that the educational system presents since the period post abolition of slavery. The study analyzes if Brazil is prepared to repair inequality with the use of affirmative actions and giving access to the university to the black using the quotas system. It tells the main achievements against racial discrimination and ends with the depositions of two representatives of the black movement.



## INTRODUÇÃO

Diante de um processo de colonização no qual o racismo e o escravismo prevaleceram, tivemos um sistema baseado na exclusão dos afro-brasileiros que, mesmo depois de formalmente libertos, se viram socialmente discriminados pois não houve uma política governamental para inseri-los no sistema. O estado brasileiro carrega uma dívida histórica com a população negra, não no sentido de este um dia haver propugnado uma ação política de segregação racial, mas no sentido de, frente à desigualdade de oportunidades de ascensão social de negros, não haver empreendido há mais tempo algum tipo de política reparadora.

A escravidão gerou inúmeras outras dívidas e nós estaremos analisando neste trabalho o sistema educacional, buscando compreender a situação do negro dentro das universidades. A partir da análise da trajetória do negro no Brasil, pretende-se compreender porque as ações afirmativas são necessárias na realidade brasileira, que embora não eliminem a dívida contraída ao longo dos séculos, oferecerá condições e oportunidades de inserir o negro de forma justa e igualitária na sociedade.

Os dados referentes à educação de negros e brancos no Brasil refletem a desigualdade racial pela qual passou e vem passando o negro brasileiro. Este trabalho procura entender se o sistema de cotas, através das ações afirmativas, é uma medida justa, eficaz e viável para a compensação desta desigualdade educacional. O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O material de análise foi composto de pesquisas bibliográficas, artigos publicados na imprensa falada e escrita, e entrevistas a representantes do Movimento Negro.

O Capítulo I apresenta o marco teórico do objeto de estudo: a exploração que o negro sofreu ao ser escravizado e a rejeição que sofreu ao ser libertado. Faz-se uma análise sobre a imigração e os principais motivos que levaram a aceitação do estrangeiro na economia brasileira, e a exclusão do ex-escravo deste processo estruturador econômico. Um outro ponto relevante deste capítulo é sobre o bloqueio histórico que o negro teve na educação, a falta de acesso nos dias atuais e as principais dificuldades de se manterem no caminho do conhecimento e da ciência.

No capítulo II será introduzido o nosso tema central, as ações afirmativas e as cotas universitárias, buscando conceituar as políticas públicas e os seus objetivos dentro da sociedade brasileira. Será relatada de maneira sucintas experiências do sistema de cotas nos Estados Unidos, os objetivos alcançados e as perspectivas não superadas. Neste capítulo também será apresentado o principal critério avaliativo, no caso brasileiro, para a adoção das cotas, através da experiência da Universidade de Brasília, primeira universidade federal do país a aderir às cotas e relatadas as principais características deste novo sistema, além dos programas voltados para o sucesso da implementação.

O Capítulo III irá relatar a luta dos movimentos negros, as principais dificuldades de se levantar um debate sério e as resistências que o governo e a sociedade sempre tiveram com relação às ações afirmativas e o sistema de cotas. Retrataremos os principais projetos que o governo brasileiro assumiu frente a sua responsabilidade racial na educação tanto nacional quanto internacionalmente.

O último capítulo trata dos discursos do Sr. Ivan Braz e Sr<sup>a</sup> Jacira da Silva, representantes da visão do estado e da sociedade, respectivamente, que fazem parte do movimento negro e sempre lutaram pelo debate das questões afirmativas. Eles relatam, através de suas trajetórias, as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos e a perspectiva de uma nova realidade para a população negra.

Enfim, o trabalho está estruturado de maneira a compreender por que o sistema de cotas se tornou um debate sério, as reais necessidades que levam a implementação urgente de ações afirmativas, principalmente na educação, para a população negra brasileira.

## CAPÍTULO I – DÍVIDA SOCIAL BRASILEIRA

O objetivo principal deste capítulo é mostrar como a passagem do trabalho escravo ao livre não ofereceu a população negro oportunidades justas de ascensão econômica e social, porque de acordo com a observação de Florestan Fernandes, “o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema – com os que “*não serviam para outra coisa*” ou com os que “*estavam começando bem por baixo*”.<sup>1</sup> Enquanto o estrangeiro era visto como a “grande esperança nacional do progresso”, o negro foi eliminado fatalmente desta visão de prosperidade, visto como o eterno “agente natural do trabalho livre”.

### 1.1 Uma história que não começou hoje

Na análise das etapas históricas do Brasil, é possível perceber como o negro foi integrado de maneira precária na sociedade de classes. Podemos constatar que a abolição resolveu o problema da liberdade, do prisioneiro, mas não estabeleceu um planejamento para inseri-lo de forma igualitária no convívio social. Em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, Florestan Fernandes debruçou-se sobre esta temática e notou que “o liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Florestan Fernandes. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1965, página 10.

<sup>2</sup> FERNANDES, Florestan, op. Cit., p. 1.

Com o fomento à imigração de italianos e alemães, um dos eixos da política nacional passou a ter como referencial os problemas relacionados à economia e a crise brasileira do fim da escravidão, provocada nas lavouras em função da escassez de força de trabalho. Não que a “crise da lavoura” não merecesse atenção naquele momento, mas o que se questiona é a exclusividade deste tema, já que o negro encontrava-se lançado ao seu próprio destino, desabilitado de lutar pelos meios de subsistência necessários ao ser humano.

Diante deste quadro, podemos perceber que ao liberto restavam poucas e miseráveis opções: ou retornava à sua condição de escravo, ou “incorporava-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência”<sup>3</sup>. Através desta frase de Florestan Fernandes fica evidente o quanto naquele momento fazia-se necessário a implantação de uma programa de ações afirmativas, o mesmo projeto que hoje tenta-se implantar no Brasil. Talvez, com certo grau de firmeza, se naquela época, o Estado tivesse desenvolvido uma política reparadora com o caráter objetivo das ações afirmativas, hoje teríamos uma realidade diferente porque a política de cotas constitui desde aquele momento a reparação de uma desigualdade estrutural constituída de escravidão .

Como se não bastassem as dificuldades que o liberto estava enfrentando naquele momento, ele passou a ter fortes concorrentes nas atividades produtivas: os “trabalhadores nacionais”<sup>4</sup> e os trabalhadores imigrados da Europa. O negro deparou-se com situações totalmente novas no período pós-abolição, pois não estava equipado de ferramentas sociais para integrar-se à sociedade burguesa.

No período pós-abolição, o negro tentava no Brasil manter a esperança, conquistar uma reparação moral, uma situação justa que sempre lhe foi negada, enquanto que o estrangeiro buscava sua oportunidade frente a esta situação. Era como se, naquele contexto, os estrangeiros aceitassem o que o negro rejeitava, o que, em certa medida, levou a um dilema: enquanto o liberto repudiava certas tarefas ou “o modo de dispor de seu tempo e energias”, o estrangeiro cumpria a risca o seu contrato com o empregador e via no trabalho assalariado uma oportunidade

---

<sup>3</sup> Florestan Fernandes, op. cit., p. 3

<sup>4</sup> Trabalhadores brancos que não faziam parte do sistema escravista.

de iniciar “vida nova na pátria nova”, uma forma de criar também sua poupança. Os imigrantes chegaram em busca de trabalho devido às condições precárias da Europa naquele momento, vieram em busca de prosperidade e aceitaram até mesmo ser explorados na venda de sua força de trabalho, enquanto que o negro naquele momento buscava uma inserção diferenciada na sociedade brasileira.

Segundo Florestan Fernandes, “a moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, o que não queriam. Contudo não tinham consciência clara sobre o que deveriam querer coletivamente nem de como agir socialmente, para estabelecer semelhante querer coletivo.”<sup>5</sup> É possível dizer que o cenário econômico não estava disposto a acolher o homem livre negro, pelo contrário, a extrema falta de tolerância e solidariedade o marginalizava cada vez mais, não lhe oferecendo oportunidades para suas reais pretensões de trabalho. Pode-se afirmar que o objetivo do negro contrastava de forma violenta com a falta de tolerância e solidariedade dos agentes econômicos.

Os grandes fazendeiros passaram a importar força de trabalho livre e assalariada, e rapidamente substituíram suas condições de senhores para se tornarem empresários capitalistas. A mudança da estrutura econômica brasileira foi significativa: a escravidão deu lugar à primeira sociedade burguesa baseada no trabalho assalariado que oferecia condições de adaptação da força de trabalho européia, já que o estrangeiro buscava o seu sustento e encarava de forma destemida esta competição, submetendo-se a todas as oportunidades<sup>6</sup>. Assim, “o negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo de modo severo a tendência a confiná-lo a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes.”<sup>7</sup>.

A diferença é clara: foi depositada confiança no imigrante, talvez pela decepção causada pelos negros que abandonaram a lavoura, talvez por vingança ou até mesmo pela vontade de embranquecer o país. Segundo Giralda Seyferth, “nesse esquema, que associa imigração e

---

<sup>5</sup> Florestan Fernandes, op. cit., p. 28.

<sup>6</sup> Trabalho livre e artesanato urbano: engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades, explorar comércio de quinquilharias, etc.

<sup>7</sup> Florestan Fernandes, op. cit., p. 10.

colonização, não havia espaço nem para possíveis imigrantes africanos e asiáticos, nem para o trabalhador rural brasileiro, considerado um mestiço inferior.”<sup>8</sup> Então, neste momento, não só o negro era um obstáculo para o progresso do Brasil “branco”, mas também os chineses passaram a ser vistos como empecilho. No entanto, os chineses naquele momento, resolveriam o problema da mão-de-obra. A questão racial brasileira então seria resolvida de maneira simples pela eliminação gradativa das raças consideradas inferiores. O fascínio brasileiro pelo branqueamento era tão assustador que Revorêdo<sup>9</sup> chegou a propor que imigrantes intelectuais, com diplomas universitários, deveriam ter seu papel na divulgação da cultura e da nacionalidade, e não como meros povoadores das regiões despovoadas.

Faz-se notória a importância que o europeu passou a ter no período pós-abolição, já que foi considerado muito mais “preparado”, mais capaz e inteligente, além de essencial na nova sociedade capitalista brasileira. A partir destes supostos, as chances dos ex-escravos de se integrarem à emergente sociedade burguesa eram ainda mais escassas, já que os empregadores preferiam o imigrante europeu. Mostrando que já era inútil a luta dos libertos para se manter até nas ocupações mais “degradadas pela escravidão”, os fazendeiros se sentiram traídos pelos libertos, guardaram ressentimentos de ingratidão, levando-os a agir como forma de represália, a repleta rejeição como forma de castigo. A relação de tensão entre o imigrante e o ex-escravo determinaria a ordem social competitiva da sociedade de classes do Brasil.

O imigrante da Europa era pretendido naquele momento, enquanto o negro era desqualificado como não-civilizado e nocivo à formação burguesa cristã no Brasil. Porém, estes fatos estão ligados à ideologia da superioridade racial branca, na qual a política de construção da nação desejava um branqueamento do Brasil através da miscigenação com os imigrantes ideais: “os agentes do norte da Europa pareciam ser a forma mais eficiente de transformar o país numa verdadeira civilização.”<sup>10</sup> Ressalto que neste branqueamento brasileiro não só os negros eram considerados inferiores, mas também os amarelos, como os chineses e asiáticos em geral que, da

---

<sup>8</sup> Seyferth, Giralda. “Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil”. In: Mendes, Candido (org.). *Estudos Afro-Asiáticos*, Junho de 1991, p. 166.

<sup>9</sup> Revorêdo, Júlio. *Imigração*. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 1934, p. 157.

<sup>10</sup> Seyferth, Giralda, op.cit., p. 168.

mesma forma que os negros, foram negativamente avaliados como imigrantes indesejados, por simbolizarem a inferioridade racial.

Em função da lavoura cafeeira, São Paulo acolheu de forma significativa os imigrantes. Estabeleceram-se então três tendências de organização demográfica: devido à expansão agrícola, houve um deslocamento de mão-de-obra da capital para o interior, porém os negros e mulatos buscavam na capital melhores oportunidades de trabalho livre. Diante desta situação, tornou-se evidente o contraste: “onde havia maior concentração de estrangeiros, era mínima a presença de negros e mulatos; e, ao inverso, onde havia maior concentração de negros e mulatos, era mínima a presença de estrangeiros”<sup>11</sup>. Assim, o estrangeiro europeu configurou-se no oposto perfeito do negro, uma dicotomia plena.

Neste momento, o negro amargava sua pior condição econômica, social, cultural e religiosa. O desemprego estrutural que acompanhou todas as formações capitalistas atingiu o negro brasileiro de forma mais incisiva. Como emergente na sociedade de classes, ele sequer chegou a mercadoria e tornou-se marginal. Como se previa, com o crescimento econômico que se acelerou, o branco havia absorvido as posições mais estratégicas economicamente, monopolizando as melhores oportunidades enquanto os negros permaneciam marginalizados. DaMatta finaliza este período com a seguinte frase: “Deste modo tivemos uma monarquia absolutista quando deveríamos proclamar a república, fomos governados por um monarca liberal diante de uma elite reacionária e conservadora, tivemos uma burguesia que deseja se aliar com o Estado, desde que este defenda seus lucros.”<sup>12</sup>

Desse modo, é possível afirmar que ao negro faltou a oportunidade de integração em todas as etapas históricas do Brasil, pois sua condição precária de existência se arrasta desde o processo do tráfico negreiro até a contemporaneidade. Qualquer ação política dirigida ao negro não pode ser interpretada como caridade, pois o Estado não conseguiu incorporar o seu mérito na geração de riqueza para o nosso país, mas sim sob a forma de manifestação cultural, lingüística, religiosa, gastronômica, ou seja, como parte do grande pensamento social brasileiro. A discussão

---

<sup>11</sup> Dados baseados segundo o censo realizado em 1893, em pesquisa intitulada: “População da Cidade de São Paulo, Segundo a cor apud Florestan Fernandes, op. cit., p. 41.

<sup>12</sup> Roberto DaMatta. *Relativizando, Uma Introdução à Antropologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 83.

do negro como cultura é muito mais inteligível do que pensá-lo como participante do mundo político e social, como um ser interpretado na sociedade de classes e, tal como aponta Florestan Fernandes, o negro é visto como cultura, e não como sociedade. Conforme Pedro Calmon, “Todo o processo de escravidão dos negros permitiu que se estruturasse de modo organizado e forte a economia do Brasil Colônia que de 1500 a 1888 se baseou no mundo de produção escravista. É portanto, com a força de trabalho escravo que se fez o desenvolvimento econômico do nosso país.”<sup>13</sup>

## **1.2. A Educação Negada ao Negro no Brasil**

A situação do negro na educação nunca foi tratada de maneira específica no Brasil, pelo contrário, de acordo com os autores José Fonseca e Nilde Fonseca “a população negra teve dificuldades em freqüentar os bancos escolares desde o período escravo. Essa dificuldade se mantém de maneira explícita ou implícita.”<sup>14</sup> Então, historicamente os afro-brasileiros foram bloqueados do acesso e da integração e desprovidos de uma educação elementar, pois não possuíam elementos mínimos de competitividade educacional, como facilidade de acesso à escola, disponibilidade de tempo, além do preconceito de inúmeros gestores da educação que acreditam que “negro não precisa estudar”, etc. Sabiamente, os mesmos autores acima citados explicam uma realidade de hoje e sempre através da seguinte citação: “obstaculizada a ascensão desse contingente, os afro-brasileiros eram condenados à dependência em relação aos letrados da sociedade.”<sup>15</sup> Passados os anos, atualmente a Constituição brasileira assegura a todos direito à educação. No entanto, não oferece um tratamento específico aos alunos negros que, por diversas razões, estão em desvantagem. O sistema educacional se declara neutro e universal, porém sempre ignorou a necessidade de ações específicas e localizadas para a superação da desigualdade racial e, dessa forma, reproduz a diferença educacional existente entre negros e brancos.

---

<sup>13</sup> Pedro Calmon. *História Social do Brasil*, Vol. 1 (referência completa)

<sup>14</sup> José Fonseca; Nilde Fonseca. *A presença-ausência afro brasileira: escola e livro didático*. In: Sousa Júnior, Vilson Caetano (org.). *Uma Dívida, Muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber*. São Paulo: Ed. Atabaque, 1998, p. 132.

<sup>15</sup> José Fonseca; Nilde Fonseca, op. cit., p. 132.



Nesse sentido, tal como indica Roberto DaMatta<sup>16</sup>, o escravo foi liberto juridicamente, no entanto a prisão social e científica permaneceu. A elite intelectual do século XIX tomou como doutrina explicativa o racismo biológico, onde cada raça ocuparia um lugar fixo, baseado no determinismo racial. Estas prerrogativas ainda possuem um peso social e oferecem poucas oportunidades de saída do essencialismo. Gobineau, um dos principais teóricos racistas, foi explícito na sua conceituação da raça branca: um intelecto vigoroso e manifestações morais altamente cultivadas, enquanto que o negro tinha um intelecto débil, isto é, a raça negra estaria condenada a uma vida deficiente e desorganizada. Desde o tempo da colônia brasileira, a igualdade foi rigorosamente proibida, ao passo que a República também foi um processo fechado e reacionário, destinado a manter o poder entre os brancos: “índios e negros têm uma posição demarcada num sistema de relações sociais concretas, sistema que é orientado de modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados.”<sup>17</sup> Recriou-se uma hierarquia onde abrimos mão de estudar as relações entre as raças, preferindo apenas o estudo da raça em si, com negros e índios sempre nos pólos inferiores e os brancos sempre acima, nunca na mesma posição, ou seja “a igualdade está rigorosamente proibida.”<sup>18</sup>

	<b>NEGRA</b>	<b>AMARELA</b>	<b>BRANCA</b>
<i>Intelecto</i>	<i>Débil</i>	<i>Medíocre</i>	<i>Vigoroso</i>
<i>Propensões Animais</i>	<i>Muito Forte</i>	<i>Moderadas</i>	<i>Fortes</i>
<i>Manifestações Morais</i>	<i>Parcialmente latentes</i>	<i>Comparativamente desenvolvidas</i>	<i>Altamente cultivadas</i>

(De acordo com Gabineau, 1856: 95, 06)<sup>19</sup>

Estes e outros estereótipos contribuíram para que o negro passasse a ocupar atividades profissionais onde a força de trabalho era o único requisito, como se esta fosse a posição naturalmente adequada do negro. As atividades que envolvem apenas o uso da força física sempre foram socialmente desvalorizadas no Brasil, que tal como satiriza Lima Barreto, na “República dos Bruzundangas”, quem não possui o título de doutor, não é coisa alguma. Assim,

<sup>16</sup> Roberto DaMatta. *Relativizando, uma introdução à Antropologia*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000. Pág. 69.

<sup>17</sup> Roberto DaMatta, op. cit., p. 76.

<sup>18</sup> Roberto DaMatta, op. cit., p. 65.

<sup>19</sup> Roberto DaMatta, op. cit., p. 72.

os negros foram consolidando um grupo socialmente desfavorecido, sem incentivo algum para a instrução.

O espelho desta situação são os baixos índices de alfabetização, de escolaridade e de renda<sup>20</sup>, enfim, os negros estão pouco representadas nas posições de prestígios sociais. De acordo com Uene Gomes, “a comparação da posição de negros, brancos e pardos no mundo do trabalho permite concluir que há uma presença majoritária da população negra, ou de origem negra, nas ocupações classificadas como manuais, onde a remuneração é mais baixa. Nas ocupações não-manuais, onde são melhores as condições de trabalho e a remuneração é mais elevada, é mais alta a porcentagem de trabalhadores brancos.”<sup>21</sup>

As atividades que a população negra sempre desenvolveu e desenvolve, em maioria, até hoje, continuam sendo mal remuneradas e o resultado é sempre o mesmo: um processo de marginalização econômica, política e educacional do negro. A seguir dados recentes, ano 2004, realizados pelas instituições de pesquisas IBGE<sup>22</sup> e IPEA<sup>23</sup>:

- Do total de universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes orientais.
- Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% deles são negros.
- Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros.

---

<sup>20</sup> Pesquisa **Pnad** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), revela: O rendimento médio dos negros é inferior à metade do que recebem os brancos;

<sup>21</sup> Uene Gomes. A educação negada ao Negro no Brasil. 1990. 45f. Dissertação. (Graduação em Teologia) Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica de Goiânia, Goiânia.

<sup>22</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>23</sup> Instituto de Pesquisa de Economia Avançada.

## **CAPÍTULO II – POLÍTICAS NECESSÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA**

### **2.1 As ações afirmativas e as cotas universitárias**

O sistema de cotas faz parte das chamadas políticas de ação afirmativa, que também são entendidas por derivativos como ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias, que visam, de maneira geral, oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens sofridas em razão do racismo e de outras formas de discriminação. Enfim, com o objetivo específico de compensar e reparar desigualdades sociais e históricas. Acredita-se que as cotas por si só não resolverão o problema da discriminação, pois o processo de reparação racial é bastante complexo e envolve outros fatores. As cotas são iniciativas que, somadas a um conjunto maior de políticas públicas, podem no futuro superar a desigualdade racial: constituem políticas temporárias e não superam o preconceito racial, mas sim a desigualdade racial.

O meu objeto de estudo faz parte de um projeto ligado à educação, porém a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, criada pelo atual Governo Federal descreve de maneira mais incisiva ainda o conceito de Ações Afirmativas: “É um conjunto de ações que, em articulação com outros órgãos governamentais, visa formular projetos específicos de empoderamento de grupos discriminados, com especial atenção para as mulheres e a juventude negra, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas, educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos e outros.”<sup>24</sup> Diante

---

<sup>24</sup> Cartilha da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Governo Federal, Maio de 2003.

deste conceito, podemos afirmar que o Estado, no seu papel gestor de uma nação, começa a se conscientizar da enorme disparidade racial existente e, muito mais do que isso, sabe da importância das ações afirmativas não só na área educacional, mas em todos os planos que garantam o desenvolvimento do negro na sociedade.

Nos Estados Unidos, os ganhos dos negros, de acesso a emprego e educação superior, foram obtidos a partir da aprovação da Lei dos Direitos Civis, em 1964, que proibiu as práticas de discriminação racial e se tornou a pedra fundamental dos programas de ação afirmativa. A expressão “ação afirmativa” foi usada pela primeira vez em 1961, pelo presidente John F. Kennedy, numa ordem executiva que instruiu funcionários e as repartições federais a usar “a igualdade de oportunidades” como critério na contratação do setor público. O país é um claro exemplo onde as cotas “resolveram”, em grande parte, o problema da desigualdade racial.

As ações afirmativas nos Estados Unidos foram além da questão educacional, e permearam a política de grande parte do mercado de trabalho. Lucky Altman<sup>25</sup>, diretora da National Conference for Community and Justice, uma organização não governamental que trabalha na melhoria de relações inter-raciais, defende a idéia das cotas em todos os planos por acreditar na convivência positiva de diversos grupos trabalhando, estudando e até se divertindo juntos. Essa relação pode ocorrer através da imposição das cotas onde a convivência “forçada” oferece aos indivíduos a chance de interação, podendo construir amizades e uma compreensão diferenciada das relações sociais.

Estas políticas voltadas para a igualdade racial já foram implantadas nos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia<sup>26</sup>. Nos Estados Unidos, a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão racial foi resultado da luta dos movimentos negros do país, teve início a partir de 1970 e obteve grandes avanços sociais e econômicos como maior número de negros nas universidades, inserção de negros em áreas como medicina e direito, maior inserção dos afro-descendentes em cargos públicos importantes e

---

<sup>25</sup> Informações colhidas no jornal O Estado de São Paulo, de 25/03/2004.

<sup>26</sup> Kabengele Munanga. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas*. In: Silva, Petronilha e Silvério, Valter. (orgs) Educação e Ações Afirmativas, Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica, Brasília: INEP/MEC 2003, p. 117.

índices mais estáveis na economia da população negra. Porém, não irei tratar este assunto na base comparativa, visto que cada país teve seu próprio percurso histórico, social e político, tratando-se de culturas bastante diferentes. Além disso, estamos dando nossos primeiros passos aproximadamente cinquenta anos depois, uma decisão tardia.

No Brasil, arrasta-se por muitos anos a desigualdade racial, que deveria ser tratada desde as bases mais simples, a partir da pré-escola e assim sucessivamente, proporcionando ao jovem a condição de competir de maneira igualitária ao ingresso na universidade. Um exemplo desta postura pode ser expressa na afirmação do reitor da USP, Adolpho Mefi: “As mudanças devem ser universalistas, atingindo todo o sistema público e começando do ensino fundamental.”<sup>27</sup> Porém, estas tais medidas nunca saíram do papel, são desenvolvidos alguns projetos neste sentido, mas que não atingem propriamente o centro da desigualdade racial. E, mesmo que o governo se dispusesse a começar imediatamente uma revolução no sistema de qualidade educacional, implementasse projetos que possibilitassem as famílias manterem seus filhos na escola, enfim, oferecesse condições viáveis para os futuros jovens terem acesso à universidade, isso levaria muito anos. Kabengele Munanga, através de pesquisas relatou em seu artigo: “deduz de pesquisas que, se por um milagre, os ensinamentos básicos e fundamental melhorassem seus níveis para que seus alunos pudessem competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos.”<sup>28</sup> Ressalto aqui que esta estimativa só seria possível se os alunos brancos ficassem parados, esperando que os alunos negros alcançassem o seu estado atual. Uma hipótese totalmente impossível, já que o sistema educacional é cada vez mais desenvolvido, garantindo melhores oportunidades para os seus beneficiários “brancos”.

Mas e quanto às gerações passadas que já foram imensamente excluídas? A estas não resta muita esperança a não ser a de ver seus filhos e netos gozando de certa ascensão social. A reserva de vagas para negros na universidade seria apenas o primeiro grande passo e de acordo

---

<sup>27</sup> Informações retiradas da Folha de São Paulo, artigo: “Projeto de Cota não garante acesso democrático”  
Publicação: 01 mar. 2004.

<sup>28</sup> Kabengele Munanga. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas*. In: Silva, Petronilha e Silvério, Valter. (orgs) Educação e Ações Afirmativas, Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica, Brasília: INEP/MEC 2003, p.119.

com Pereira Neto: “É um instrumento de visibilidade urgente, emergencial, para dar esperança a milhões de jovens que vivem sem expectativas.”<sup>29</sup> O sistema de cotas permite ir equilibrando a desigualdade, democratizando a universidade, enquanto se busca melhoria substancial no ensino público.

A Constituição Federal do Brasil, artigo IV, assegura o direito de acesso ao nível superior de ensino “segundo a capacidade de cada um”, baseada em princípios meritocráticos. Porém, considerando as políticas públicas destinadas à educação básica, percebemos que o mérito pode excluir muitos negros “capazes” dos níveis superiores de ensino. De acordo com Bonarepoux, “a universidade enquanto espaço intelectual, científico, educativo e político não poderá continuar sustentando-se por muito tempo, enquanto tal, distante, desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos”.<sup>30</sup>

## 2.2 Fenótipo como critério das Cotas

Talvez a dificuldade do debate sobre as ações afirmativas no Brasil incida na peculiaridade do trato das relações sociais. Segundo Oracy Nogueira, o preconceito racial no Brasil constitui-se a partir do preconceito de cor. Aqui, lidamos com o preconceito de marca, que incide sobre a aparência física, e especificamente na cor. Já nos EUA, o que prevalece é o preconceito de origem, ou seja, aciona-se a ascendência geneológica para identificar quem é ou não negro. Esta diferença de parâmetros indica que, apesar do preconceito racial existir tanto aqui quanto lá, mitificou-se o Brasil como um “paraíso das relações sociais”, pelo fato de aqui não existir uma categoria fixa e contarmos com uma vasta interpretação acerca da maleabilidade da aparência. Oracy Nogueira resumiu esta situação de forma nítida através da afirmação: “a ideologia racial brasileira ou, em sentido mais amplo, latino-americana, de convivência pacífica entre brancos e negros, com a conseqüente mestiçagem e o progressivo branqueamento da população, era transmutada em utopia pelo negro norte-americano.”<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Eduardo Pereira Neto, coordenador dos universitários da ONG Educafro. Informação colhida na Folha de São Paulo On Line, [www1.folha.uol.com.br/folha/educacao](http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao), acesso em 01 mar 2004.LK

<sup>30</sup> Petronilha Silva, *Negros na Universidade e produção de conhecimento*. In: Silva, Petronilha e Silvério. *Educação e Ações Afirmativas, Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*, Brasília: INEP/MEC, 2003, p. 45.

<sup>31</sup> Oracy Nogueira. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. Ed. T.A. Queiroz, 1985, pág 4.

Um exemplo claro de preconceito de origem nos EUA é o caso que Oracy Nogueira relata sobre uma pessoa com características que não a definiria como “negra” no Brasil, porém era oficialmente negra, embora aparentemente branca. Ao enfrentar um processo de seleção não foi eliminada, pois se tratava de uma pessoa aparentemente branca. Demonstrada a sua capacidade durante um certo período, revelou ser negra de origem e imediatamente foi demitida. O preconceito de cor não precisou ser enfrentado, pois não é o padrão estadunidense, e sim o preconceito de origem que determinou a exclusão no processo de admissão desta “negra” oficial.

Temos muitos exemplos de preconceito de marca no Brasil, quase todos ligados ao preconceito de cor. O filho de criação de Caetano Veloso, renomada personalidade da música popular brasileira e também conhecido internacionalmente, Luciano Ferreira da Silva, de cor negra, foi abordado por um segurança particular alegando atitude suspeita. O segurança do shopping identificou-se como policial militar e pediu os documentos apenas de Luciano, que estava na companhia do irmão e um amigo. Em seguida, foi forçado a deixar o shopping sozinho pelo segurança. Neste caso, o que pesou foi o preconceito da cor, visto que Luciano estava na companhia de duas pessoas de pele clara que não foram identificadas. Esta situação torna explícita a discriminação por causa de uma marca corporal, pois Luciano foi tido como suspeito sem nenhuma justificativa, sem qualquer ação que justificasse um comportamento irregular de sua parte.

Poderíamos citar ainda muitas outras formas de discriminação, porém é importante enfatizar também as conseqüências que esta discriminação carrega. As ações afirmativas como um conjunto de políticas públicas corretoras de desigualdades econômicas e sociais visam oferecer oportunidades e um tratamento diferenciado para grupos fragilizados socialmente, isto é, sem igualdade de oportunidades.

Limitaremos nosso assunto ao sistema de reserva de vagas para candidatos afrodescendentes. Então partiremos para a seleção destes grupos em desvantagens. Eis aqui um ponto que considero fundamental, quais seriam os critérios para definir os negros, os mulatos, os pardos e os brancos? Com certeza haveria um enorme impasse nesta classificação, grupos que

não são a favor desta política teriam enormes críticas para justificar a sua oposição. Segundo Kabengele Munanga, “dizem que é impossível implementar cotas para negros no Brasil, porque é difícil definir quem é negro no país por causa da mestiçagem.”<sup>32</sup>.

Oracy Nogueira ressalta ainda, “no Brasil, um mesmo grupo de irmãos, filhos de um casal misto, cuja cor varie do claro ao escuro, uns se incorporarão sem problema ao grupo branco, outros terão uma situação ambígua e outros, finalmente, terão sempre contra si o percalço da cor.”<sup>33</sup> Isso quer dizer, numa mesma família é possível que hajam membros que se identificarão brancos e outros como negros.

Nesta perspectiva, ainda temos duas opiniões bastante relevantes sobre o assunto: Franklin Frazier<sup>34</sup> e Marvin Harris<sup>35</sup>, que partem do princípio de que o brasileiro pode “branquear” ou “mudar de raça” no decorrer de sua vida. Harris ainda é mais rígido, “o dinheiro branqueia”, ou “preto rico é branco, branco pobre é negro”. Esta afirmação também é defendida pelo próprio Oracy Nogueira: “.. a percepção da cor e outros traços "negróides" é “gestáltica”, dependendo, em grande parte, da tomada de consciência dos mesmos pelo observador, do contexto de elementos não-raciais (sociais, culturais, psicológicos, econômicos) a que estejam associados – maneiras, educação sistemática, formação profissional, estilo e padrão de vida- tudo isto obviamente ligado à posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí decorrente.”<sup>36</sup>

Os candidatos a uma vaga pelo sistema de cotas no Brasil têm como pré-requisito o mesmo elemento que Nogueira indica como objeto do preconceito racial no Brasil: a cor, pois só os negros de pele poderiam concorrer a esta reserva de vagas e deveriam obedecer este requisito. Um outro fenômeno que impediria esta classificação justa é citada pelo sociólogo norte americano Franklin Frazier, que ressaltou que no Brasil o “embranquecimento” tem se dado através das uniões dos negros com os brancos. Nas gerações seguintes e sucessivas teríamos

---

<sup>32</sup> Kabengele Munanga, op. cit., p.122.

<sup>33</sup> Oracy Nogueira. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. Ed. T.A. Queiroz, 1985, p. 6.

<sup>34</sup> Oracy Nogueira, op. cit., p. 7.

<sup>35</sup> NOGUEIRA, Oracy, op. cit., p. 21.

<sup>36</sup> Oracy Nogueira, op. cit., p. 7.



descendentes integrados no grupo branco. O sociólogo ressalta que o “branqueamento” está fortemente associado ao status que os negros estariam adquirindo, o que causava a “cegueira” em relação aos traços “negróides”.

A partir deste entendimento, seria possível que algumas pessoas quisessem se aproveitar do projeto para se beneficiarem, se auto determinando negros só para ter direito de concorrer às vagas especiais. Quais critérios seriam justos? Porém, a indefinição da categoria negra só é acionada quando se trata de políticas reparadoras para os negros, pois no exercício cotidiano do preconceito percebemos que não é tão difícil distinguir negros de brancos. No Brasil, o preconceito que parte da marca, marca os negros, persegue-os, humilha-os e julga-os, anteriormente a qualquer ato.

A mestiçagem no Brasil existe e é, enquanto valor, constitutiva da grande narrativa do “nós” nacional, mas não deve ser usada como agravante para a delimitação do grupo que irá se beneficiar do sistema de cotas, pois temos uma realidade bastante nítida para definir critérios justos para as cotas. As cotas não visam beneficiar todos os negros desde a sua descendência colonial, mas visa reparar a condição daquele cidadão que é visivelmente menosprezado de oportunidades, discriminado na sociedade “elitizada” e branca, por apresentar características gerais da raça negra. O fato é justificável porque a discriminação na sociedade brasileira se dá pela aparência, e não pelas raízes. A pessoa com menos características negras é mais aceita e menos excluída.

### **2.3 A adoção das cotas na 1ª Universidade Federal do país.**

A Universidade de Brasília lançou, no dia de 18 de março de 2004, no Auditório da Reitoria da UnB, às 11:00h<sup>37</sup>, o primeiro edital que prevê cotas para negros, e marcou a consolidação do debate das relações raciais para além do próprio movimento negro. Assim, sendo a iniciativa da universidade, torna-se a primeira federal a adotar o sistema de cotas, e torna-se notória também por estar na capital do país. Acredita-se que esta ação servirá de exemplo e de estímulo para as demais instituições educacionais do país. A ministra da Secretaria Especial de

---

<sup>37</sup> Universidade de Brasília. Disponível em: [www.unb.br](http://www.unb.br), acesso em 17 mar 2004.

Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), Matilde Ribeiro, afirmou que “a universidade se consolida como instituição democrática e dá exemplo de coragem às demais. A UnB não servirá apenas de exemplo, será responsável por grandes iniciativas que visam desenvolver políticas voltadas para as questões raciais, a entrada de negros oxigenará o debate das condições alarmantes para os negros.”<sup>38</sup>

Mas esta não é a primeira iniciativa que a UnB manifesta dentro da questão racial. Alunos e professores negros já trabalham para estimular a inclusão social. Já existe o “Plano de Metas para Integração Racial, Social e Étnica da UnB”, que consiste no acompanhamento acadêmico e psicossocial para os alunos cotistas e para os índios. A instituição possui também o Neab, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, que é formado por professores e pesquisadores que auxiliam o grupo formado pelos alunos, o EnegreSer. O Neab compõe ainda o Ceam, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Percebemos que esta universidade possui alguma estrutura voltada para o negro e, sendo assim, as cotas complementam as iniciativas dos trabalhos que vêm sendo realizado para a integração racial nesta Universidade.

Os dados que seguem a seguir<sup>39</sup>(ver tabela na seqüência) nos relatam de forma nítida a disparidade que existe entre os brancos e os negros. Considerando números bastante recentes, podemos afirmar que existe a necessidade de medidas que atendam tanto a necessidade socioeconômica quanto a questão racial. As ações afirmativas e as políticas de cotas visam atender estes dois problemas que se agravam e são geradores de inúmeros outros.

---

<sup>38</sup> Universidade de Brasília. Disponível em: [www.unb.br](http://www.unb.br), acesso em 18 mar 2004.

<sup>39</sup> Informações baseadas no Questionário Socioeconômico 2004-2 da Universidade de Brasília, que é preenchido pelos candidatos no momento da inscrição no vestibular. Fonte: Caderno Especial do Jornal Correio Braziliense, 27/04/2004, p. 5. Para uma leitura apropriada sobre a situação nacional relacionando renda e condições étnicas, ver dados do IBGE, censo nacional 2000, [www.ibge.gov/censo/divulgaçao](http://www.ibge.gov/censo/divulgaçao).

<b>Fatores Socioeconômicos</b>	<i>Branços</i>	<i>Negros</i>
Renda Familiar inferior à R\$ 1.500,00	30%	57,7%
Renda Familiar superior à R\$ 2.500,00	46,6%	20,4%
Analfabetismo dos pais	1,8%	6,5%
Escolaridade do pai no ensino fundamental incompleto	14,3%	27,7%
Escolaridade da mãe no ensino fundamental incompleto, ou analfabeta	5,7%	16,7%
Pais com nível superior	40,2%	22,4%
Mães com nível superior	61,9%	30%
Cursaram a rede pública de ensino no nível médio	24,3%	68,8%

Estes dados são importantes para avaliar também a situação do candidato que será selecionado para concorrer às vagas especiais, e aprovado para ingressar no nível superior. A UnB acredita no sistema de cotas e aposta no sucesso da implementação. Para que os alunos

cotistas ingressem e permaneçam na instituição foram desenvolvidos projetos que visam o auxílio universitário. Os aprovados farão parte de um programa de acompanhamento que visa facilitar a inserção destes alunos na estrutura social e pedagógica na instituição. Para os cotistas de baixa renda está prevista moradia estudantil, desconto nos preços das refeições servidas pelo Restaurante Universitário, apoio com o material didático e uma bolsa mensal de R\$130,00 por serviços prestados com apenas 15 horas semanais de trabalho. Segundo informações oficiais da Instituição, “a medida visa a garantir, na prática, a inserção social, a manutenção na universidade e a recuperação da auto-estima racial.”<sup>40</sup>. A instituição firmou parcerias como a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), ligada à Presidência da República, para que estas metas sejam cumpridas, oferecendo apoio e incentivo para os alunos que necessitarem.

Mas, para usufruir de todo este processo dentro da Universidade, o candidato deve declarar-se negro e tirar uma foto, pela equipe do vestibular, no momento da inscrição. Para a disputa do segundo vestibular de 2004 foram realizadas 27.390 inscrições, sendo 4.385 inscrições para o sistema de cotas, sendo na maioria jovens.”<sup>41</sup> Através da foto, uma equipe, composta de representantes de movimentos sociais e pesquisadores da universidade, julgou se o candidato concorrerá pelo sistema de cotas ou pelo sistema universal, e do universo de inscritos neste sistema, apenas 212 inscrições foram negadas.

O critério de seleção divulgado pela assessoria de comunicação da UnB é baseado no fenótipo, na aparência, por se tratar de um critério justo, o mesmo critério usado pelo preconceito de marca, o ponto central onde incide o racismo brasileiro. Segundo Dione Moura<sup>42</sup>, o processo não corre riscos de fraude, “a foto será uma atitude de vigilância.” Este procedimento é uma reação ao fato que aconteceu no vestibular de 2003 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a primeira do país a adotar a cotas, onde vários estudantes brancos, candidatos às vagas especiais oferecidas pela universidade, beneficiaram-se do programa apenas por se declararem negros. Neste caso, houve uma superposição dos critérios, sendo injusta a forma como vários

---

<sup>40</sup> Universidade de Brasília. Disponível em: [www.unb.br](http://www.unb.br), acesso em 18 mar 2004.

<sup>41</sup> Dados colhidos no Correio Braziliense, 27/04/2004.

<sup>42</sup> Relatora do grupo que criou o sistema de cotas na UnB, Universidade de Brasília. Disponível em: [www.unb.br](http://www.unb.br), acesso em 18 mar 2004.

alunos ingressaram ao ensino superior. No curso de Medicina, onde a realidade apresenta o mínimo da presença negra por se tratar de um curso de elite, dos alunos aprovados houve a notória parcela de 76% de alunos cotistas. Ciente desta possibilidade, a Universidade de Brasília adotou para o seu primeiro de vestibular um mecanismo que tenta evitar irregularidades: a foto do candidato. Ressalta-se ainda que estes candidatos selecionados terão que atingir pontos necessários para a aprovação.

As cotas não são vitalícias, prevê-se uma duração de 10 anos, tempo suficiente para mudar a realidade racial universitária e também desenvolver projetos mais específicos que substituam o sistema de cotas. Este período será válido tanto para a população quanto para os organismos educacionais, que poderão implementar melhores condições na educação básica. A população negra que se beneficiar pelas cotas poderá lutar por seu espaço intelectual e, mediante o ensino superior, poderá proporcionar melhores condições financeiras dentro do seu convívio social e familiar, e oferecer melhores oportunidades as seus descendentes. Além disso, esta população poderá competir de maneira igualitária no vestibular pois logrará um desenvolvimento educacional semelhante aos dos brancos.

#### **2.4 O impasse das cotas na Universidade de São Paulo.**

A Universidade de São Paulo mostrou-se contra as reservas de vagas para afro-descendentes desde o início da implementação, alegando, conforme Adolpho Mefi, reitor da USP, que “as cotas discriminam alunos pobres”. Porém, se iniciarmos uma preparação de qualidade gratuita a todos de baixa renda resolveremos, em parte, a questão da qualidade desde as bases primárias educativas, o que é de dever fundamental do Estado, no entanto, não democratizaremos a universidade, pois teremos cada vez mais “brancos” nos bancos universitários. Não que os negros não são capazes, porque segundo dados coletados pelo Ipea<sup>43</sup>, em 2001, ao longo do século 20, este grupo teve melhorias significativas na educação, porém, mantiveram-se as diferenças de acesso entre brancos e negros. Entre meninos de 11 a 14 anos, que fazem parte dos 25% mais pobres do país, temos 44,3% de “brancos” entre a quinta e oitava

---

<sup>43</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

série e apenas 27,4% negros no mesmo nível. Diante desta estimativa, fica nítido que a reserva de vagas deve existir para negros, pois o critério da renda acaba beneficiando muito mais brancos do que negros. Os negros possuem muito menos oportunidades de permanecerem na escola e quando concluem o segundo grau são levados a desistirem do ensino superior por condições financeiras como: ajuda na renda familiar, falta de possibilidade de manter o material didático, etc. Estes problemas também acontecem com os brancos, mas os índices não negam a crueldade muito mais aparente para os afro-descendentes.

Conforme dados do Educafro<sup>44</sup>, em pesquisa realizada na Universidade de São Paulo (USP), 79,54% dos estudantes são brancos, 8,64% são pardos, e apenas 1,3% são negros. Estes índices são vergonhosos e comprometem o ideal de integração racial, já que existem apenas 9,64% de afrodescendentes nesta universidade, que é a maior do país. A própria USP realizou um censo étnico que comprovou que pouco mais de 1% dos universitários são negros.<sup>45</sup>

Conforme pesquisa<sup>46</sup> realizada em 2003, pelo INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais, temos estatísticas desanimadoras com relação às vagas que os negros ocupam dentro das universidades. Percebemos que cursos como Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharia Mecânica, Farmácia, Medicina Veterinária, Odontologia e Psicologia são cursos considerados de “elite”, e nota-se a mínima a presença dos estudantes negros, pardos e mulatos. Nestes cursos temos a esmagadora presença de aproximadamente 80% da classe de estudantes brancos. Já em cursos como Geografia, História, Letras e Pedagogia temos o maior percentual de estudantes negros. As cotas podem oferecer uma maior presença negra em todos os cursos da universidade, proporcionando um equilíbrio de raças e etnias, especialmente aqueles de maioria branca.

---

<sup>44</sup> Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - Organização Não Governamental que organiza cursinhos subsidiados na Grande São Paulo.

<sup>45</sup> Informações retiradas do Jornal de Notícia USP em 01 mar 2004.

<sup>46</sup> ENC/2003

## **CAPÍTULO III – AS PRINCIPAIS CONQUISTAS**

### **3.1 Luta dos movimentos negros**

O estabelecimento das cotas só foi possível devido a toda luta reivindicatória das organizações, entidades negras que buscando enfrentar e pleitear junto ao estado o seu papel de promover maiores condições aos negros. Estas lutas não datam da contemporaneidade e possuem raízes desde o período da escravidão: os quilombos expressam os protestos negros contra o sistema escravagista imposto sobre os negros, era o lugar onde os negros buscavam sua identidade através da celebração de sua fé e dos seus costumes, naquele refúgio poderiam expressar a vida livre e igualitária, sem dominação já que tinham direitos e deveres iguais, poderiam trabalhar para si e para a comunidade quilombola.

Palmares foi a maior expressão de luta pela liberdade dos escravos. Segundo Clóvis Moura<sup>47</sup>, os quilombos tomaram corpo por todo o país, eram dezenas pelas diferentes regiões, de norte a sul, sendo a liberdade para o negro que fugia. Palmares se destacou nesta luta, se tornou

---

<sup>47</sup> Clóvis Moura. *Rebeliões das Senzalas*, onde ilustra com precisão detalhes de sua vida Palmariana, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 187.

tão importante que foi fundada em ???, a República de Palmares, com 20 mil habitantes e um domínio de aproximadamente 27.000 km<sup>2</sup><sup>48</sup>.

Mas tivemos também grandes grupos que promoveram o manifesto racial na história do Brasil. Palmares não ficou estatizada na história de lutas de uma época, pois estas lutas foram desencadeadas ao longo da história e hoje temos representações governamentais e organizações não governamentais nos diversos lugares do país em defesa de negros e negras. Estes grupos têm em comum a perseverança de manter a questão negra viva nos debates sociais.

Ainda, lembrando os primórdios, a extinção da escravidão não se deu só pela luta de libertação dos escravos e pela assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888, mas foi fruto de um processo de pressões econômicas internacionais que cobravam mudanças na estrutura social e econômica no Brasil. A imposição estrangeira requeria o fim do tráfico negreiro como medida concreta para o fim da escravidão. Assim como aconteceu com a lei abolicionista que ocorreu mediante pressões, apoio e intervenção nacional, as cotas e ações afirmativas são resultado da luta do movimento negro e não simplesmente dos agentes políticos que seriam os reais responsáveis pelas políticas positivas.

Temos leis que asseguram o princípio da igualdade, o acesso à educação de qualidade, a salários justos sem distinção de raça, enfim, na constituição temos leis que assegurariam tudo que os negros conclamam: justiça de igualdade, mas nem sempre as práticas sociais andam em conformidade com o aspecto normativo da sociedade e é por essa razão que o jurista Hélio Silva Júnior ressalta que “... incumbe ao Estado esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos se beneficiar de igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta.”<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Clovis Moura, op. cit., p. 187.

<sup>49</sup> Hélio Silva Júnior. “Ação afirmativa para negros (as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade”. In: Silva, Petronilha e Silvério, Valter. (orgs) *Educação e Ações Afirmativas, Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP/MEC 2003, p. 103.



As cotas já são uma realidade, porém não se trata de uma concretização do princípio constitucional da igualdade. Por mais que exista um Projeto de Cotas no Congresso Nacional, ainda não existem determinações legais e decisões que imponham a reserva de vagas nas universidades, dada a autonomia universitária assegurada por lei. Aqui se comprova que as cotas estão sendo fruto de reivindicações, de discussões que envolveram o movimento negro, estudantes e pesquisadores. No caso da UnB, a primeira universidade federal brasileira a adotar o sistema de ação afirmativa, a implantação das cotas faz parte do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, um projeto interno da universidade, que contém medidas que pretendem gerar na UnB uma composição social, étnica e racial, capaz de refletir a diversidade da sociedade brasileira como um todo, fundamentando-se na inclusão social de negros e indígenas por meio do acesso ao ensino superior, dentro do contexto de Políticas das Ações Afirmativas.

### **3.2 As conquistas na área educacional das minorias étnico-raciais**

Sendo a educação um fator determinante no processo de socialização e de desenvolvimento de um país, o Brasil tem buscado ratificar importantes tratados internacionais, visando assegurar o mesmo grau de hierarquia das leis de direito interno. Porém, na prática, tais medidas não estão promovendo a igualdade racial, ao acesso ao ensino básico e superior. Necessitamos de políticas públicas e educacionais que assegurem eficácia ao princípio da igualdade racial, e mais do que combater a discriminação, devemos promover a igualdade de oportunidades.

As cotas expressam ampliação da consciência social, expansão do controle exercido pela sociedade civil sobre a ação do estado, isso representa a força das ações coletivas que demandam ao Estado cumprimentos legais, responsabilizando-o pelas carências, exclusões e violação de direitos nas omissões de políticas educacionais. Os organismos internacionais cada vez mais procuram impor aos países pobres, carentes de assistência social, uma melhoria nas bases educacionais, em contrapartida oferecem financiamentos para as políticas de programas sociais voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a diminuir a desigualdade social e racial.

O Banco Mundial tornou-se o organismo com maior visibilidade no panorama educativo, concorrendo diretamente com a UNESCO, que sempre teve como prioridade garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, concentrando esforços no sentido de cooperar e auxiliar o governo e a sociedade civil para a capacitação educacional.

Instituições internacionais ou transnacionais, os órgãos governamentais e todas as parcerias firmadas no sentido de desenvolver medidas compensatórias e conseqüentemente atenuar a desigualdade estão baseadas na afirmativa de que a educação é o principal meio para a melhoria dos índices de desenvolvimento do Brasil e de todos os países. Então, aprimorar o ensino fundamental e democratizar as universidades serão as primeiras soluções visíveis para os problemas educacionais que mais afligem o país.

### 3.2.1 Conferência de Durban

Os debates das políticas de ações afirmativas tornaram-se relevantes após todas as iniciativas dos movimentos raciais em busca de reparação. Porém, com relevância total de todos os debates registrados nos últimos anos, o marco do ingresso das cotas na mídia, casas legislativas e órgãos públicos foi o processo preparatório da participação brasileira na Conferência de Durban, no ano de 2001. Não só a preparação como a assinatura do Brasil no documento final como signatário da conferência, em setembro de 2001 na África do Sul, aceleraram o debate e acerca das questões das cotas e ações afirmativas no Brasil. Intitulada como *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban (África do Sul)*, esta conferência elencou um conjunto de propostas que visavam a adoção de medidas apropriadas para assegurar que minorias nacionais, étnicas, religiosas e lingüísticas tivessem acesso à educação sem nenhuma discriminação, seja qual tipo for.

As propostas discutidas<sup>50</sup> na Conferência de Durban tinham dentre os seus alvos principais o combate ao racismo e o desenvolvimento educacional para as raças discriminadas:

- “adoção de medidas reparatórias às vítimas do racismo, da discriminação racial e de formas conexas de intolerância, por meio de políticas específicas para a superação de desigualdade”;
- “criação de um fundo de reparação social gerido pelo governo e pela sociedade civil destinado a financiar políticas de cunho inclusivo no âmbito da educação”;
- “proposição de emenda no art. 45, da Lei de Licitações Públicas, de modo a possibilitar que, uma vez esgotados todos os procedimentos licitatórios, configurando-se empate, o critério de desempate, hoje definido por sorteio, seja substituído pelo critério de maior presença de negros e mulheres no quadro funcional dos licitantes”; e
- “adoção de cotas ou outras medidas que promovam o acesso dos negros às universidades públicas”.

A Conferência de Durban levantou um importante debate público, visto que a mobilização e iniciativa do movimentos negro levou a questão racial de maneira intensa para os meios de comunicação, provocando uma mobilização e conscientização até mesmo por parte dos representantes governamentais.

### **3.2.2. Programa Diversidade na Universidade**

O Programa Diversidade na Universidade foi desenvolvido na Diretoria de Ensino Médio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC), criado por Medida Provisória em agosto de 2002 e lançado em 5 de setembro do mesmo ano. Começou a ser concebido em junho de 2001, nas discussões que antecederam a Conferência de Durban.

---

<sup>50</sup> Diversidade na Educação, Reflexões e Experiências. Ministério da Educação, Programa Diversidade na Universidade, Brasília 2003.

Esta iniciativa visa complementar de forma significativa as ações políticas destinadas aos grupos socialmente desfavorecidos do país, demandada? destes grupos e entidades não governamentais que estudam a questão social e suas desigualdades no Brasil. Constitui uma ação do governo Federal para identificar e agir sobre os fatores que limitam os afro-descendentes e indígenas ao acesso à educação superior, identificando que os fatores são tanto sócio-econômicos como raciais.

O programa pretende criar condições e possibilidades para a inserção da diversidade cultural e equidade social no ensino médio, melhorar as condições de aprendizagem e as oportunidades de ingresso e permanência no ensino superior das populações afro-descendentes e indígenas. Estes objetivos serão alcançados através de um programa baseado em métodos que consistem em<sup>51</sup>:

- “Apoiar a formulação, de maneira participativa, de políticas e estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica para a educação média e superior;”
- “Fortalecer a capacidade do Ministério da Educação para orientar a formulação das referidas políticas e estratégias e;”
- “Apoiar, desenvolver e avaliar projetos inovadores que possam contribuir à formulação das referidas políticas e estratégias”.

O referido programa está organizado de forma a desenvolver estudos, pesquisas e produtos para a formulação de uma política eficiente de inclusão social, onde possa trazer a revalorização da diversidade cultural. Será fortalecida a capacidade institucional do Ministério da Educação para orientar a formulação das referidas políticas e estratégias.

Será implementado também, através do financiamento, o acompanhamento e a avaliação de Projetos Inovadores de Cursos, que são um conjunto articulado de atividades que apóiam cursos pré-vestibulares comunitários que visam a promoção do acesso de negros e indígenas à universidade e a melhoria de qualidade deste curso, indicados através de cronogramas de implementação e indicadores de progresso. Ou seja, os alunos beneficiários dos PIC, serão

---

<sup>51</sup> Contrato de Empréstimo N.º 1406/OC-BR, Programa Diversidade na Universidade, Ministério da Educação.

avaliados no seu desempenho para que seja determinado a porcentagem dos alunos que foram admitidas no ensino superior. O PIC se resume a cursos de reforço no ensino médio para possibilitar o ingresso destes grupos à educação universitária.

### 3.2.2.1. **Financiamento do BID ao Programa Diversidade na Universidade.**

Para viabilizar as propostas do programa foi assinado um Contrato de Empréstimo N.º 1406/ OC-BR entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde foi destinado um financiamento à União. O valor total do projeto é US\$ 8.639.518, 00 (oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e dezoito dólares), sendo US\$ 4.838.130,00 oriundos do BID e US\$ 3.801.388,00 do Tesouro Nacional e prevê uma duração de 30 meses. O órgão executor do Programa é o Ministério da Educação, através da SEMTEC, onde conta com uma Unidade Executora (UEP) e comissões assessoras.

O Contrato de Empréstimo reconhece que:

“O Brasil é um país caracterizado por índices altos de pobreza e desigualdade. Apesar de ter um nível de renda per capita relativamente alto dentro da região latino-americana e ter mantido um crescimento econômico anual próximo a 3% - média da última década - os resultados deste crescimento em termos de redução de pobreza são considerados insuficientes.”<sup>52</sup>

Estes desafios estão sendo propostos porque entidades internacionais, como o BID, acreditam que reduzindo as barreiras de acessos a fatores econômicos, como educação e cultura, a mobilidade social será favorecida, através da interrupção do ciclo de pobreza entre gerações.

Este financiamento permitirá identificar, através dos resultados do Programa, as principais barreiras de acesso e as dificuldades de permanência dos afro-descendentes e indígenas na educação. Permitirá levar em conta as deficiências do sistema educacional, entender melhor as estratégias educacionais necessárias para cada região, de acordo com as necessidades apresentadas e diferenças sócio-econômicas, além de sistematizar melhor os métodos apresentados para a melhoria da questão racial. Diante de todos estes resultados teremos acesso a

---

<sup>52</sup> Contrato de Empréstimo N.º 1406/OC-BR, Programa Diversidade na Universidade, Ministério da Educação e BID.

uma base científica que servirão como roteiro das decisões na área de investimentos futuros, em políticas públicas mais eficientes de inclusão racial e social no sistema educacional.

Além de beneficiar a população alvo do projeto: estudantes afro-descendentes e indígenas, o sistema educacional, os órgãos estaduais de educação e as organizações não governamentais voltadas para a questão étnico-racial, receberão transferência de tecnologia na área de conhecimentos e os profissionais envolvidos nos projetos financiados serão melhor capacitados tecnicamente, inclusive no trato do racismo dentro da sala de aula. Enfim, os beneficiários deste projeto financiado pelo BID são todos aqueles que acreditam que a educação é o melhor caminho para se reduzir as desigualdades raciais, sociais e econômicas.

### 3.2.2.2 UNESCO na Cooperação Internacional

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é uma agência especializada das Nações Unidas, criada para acompanhar o desenvolvimento mundial e auxiliar os estados membros na busca de soluções para os problemas que desafiam a sociedade. Apresenta-se como agência de cooperação Internacional no projeto de Apoio ao Programa Diversidade na Universidade, que consiste em um projeto de cooperação técnica entre o Governo Brasileiro e a UNESCO.

De acordo com o MEC, a definição mais objetiva de cooperação técnica para o programa em questão é entendida como: “Um processo de desenvolvimento de um conjunto de atividades integradas que visam alcançar, por intermédio da mobilização de insumos humanos e físicos, objetivos e resultados que conduzam a um salto técnico qualitativo.”<sup>53</sup>

A SEMTEC/MEC é a principal receptora da assistência técnica que executará o projeto diretamente com parcerias externas, governos estaduais e entidades não governamentais. A UNESCO trabalhará juntamente com a UEP<sup>54</sup> na coordenação e acompanhamento das atividades; na elaboração e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos; na edição de publicações

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Unidade Executora do Projeto.

técnicas de produtos relevantes que envolvam metodologias e procedimentos; e desenvolvimento de estudos para as Secretarias Estaduais de Educação.

Ressalta-se, finalmente, o objetivo do Projeto de Apoio ao Programa de Diversidade na Universidade, que é a promoção da equidade e diversidade na educação superior mediante o acesso de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afro-ascendentes e indígenas e faz parte da estratégia global da UNESCO de atendimento a minorias. Finalizando, “ a UNESCO se apóia no compromisso da Organização das Nações Unidas (ONU) que enfatiza a tolerância, o respeito pela diversidade e a necessidade de buscar bases comuns entre as civilizações expresso, entre outros posicionamentos, pela Carta das Nações Unidas..”<sup>55</sup>

### 3.3 O Ministério da Educação no atual governo.

Tarso Genro, atual ministro da educação, assumiu o cargo mostrando sua posição favorável às cotas, e pretendia subsidiar vagas em universidades privadas para alunos pobres, minorias raciais e até mesmo ex-presidiários. Com esta atitude, Tarso Genro visa remodelar a relação entre as universidades públicas e privadas para atender melhor aos interesses da sociedade. De acordo com o MEC, a reforma universitária<sup>56</sup> foi proposta pelo ministro desde o início de seu mandato e, em caráter emergencial, reuniu um grupo de especialistas para estudar a possibilidade de concessão de isenção de impostos a todas as 1.442 universidades particulares do país, em troca, estas instituições teriam que oferecer vagas a alunos que não fossem aprovados nos vestibulares das universidades públicas. Dentro do grupo de beneficiários estariam negros, índios, ex-presidiários e estudantes de baixa renda.

Surgiram várias hipóteses dentro deste universo de expectativa: esta medida não comprometeria o ensino superior das faculdades particulares? Haveria número de vagas suficientes nas faculdades particulares? Não seria possível abrir mais vagas na rede pública? Este dinheiro que deixaria de ser arrecadado pode ser prejudicial para a economia brasileira? Esta mesma equipe destinada a analisar o projeto tinha todas as respostas para todas estas questões.

---

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Ministério da Educação, [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), acesso em mar 2004.

Primeiro, o Projeto “Universidade para Todos” garante uma fiscalização constante por parte do Ministério da Educação, e compromete-se a não firmar parceria com universidades de má qualidade. Com a renúncia fiscal, o governo deixaria de arrecadar mais de R\$ 220 milhões, porém terá, como contrapartida, a criação de 120 mil vagas em apenas um ano. Se estes recursos fossem investidos nas universidades públicas seriam abertas apenas 20 mil vagas. Analistas técnicos afirmaram que o custo da União com cada aluno matriculado será cinco vezes menor em uma universidade privada do que em uma federal. Isso se deve ao fato de o governo não precisar investir em infra-estrutura nem manutenção de instalações, pois nas universidades particulares existem muitas vagas ociosas, segundo quadro a seguir:

<i>Vagas</i>	<i>Públicas</i>	<i>Privadas</i>
Oferecidas	295.354	1.477.733
Ociosas	14.863	553.084

Diante do exposto, podemos constatar que as universidades privadas só conseguem ocupar 62% das vagas oferecidas, enquanto as públicas têm apenas 5% de vagas ociosas. O governo pretende ainda reduzir o impacto financeiro do projeto reservando uma parcela de 20% das vagas das instituições particulares com projetos onde alunos contribuam com alguma quantia, tal como bolsas parciais e programas de financiamento estudantil. Porém, como confirmou a revista *Veja*<sup>57</sup>, Tarso Genro recuou da sua decisão de impor medida provisória para estabelecer cotas em todas as universidades. O ministro acredita que a decisão partiu do bom senso e que esperar resultados das experiências em andamento no país é a melhor forma de não errarem.

Para Jonas Zoninseinm<sup>58</sup>, estudioso e defensor da adoção de cotas, a maior preocupação é a queda de qualidade no ensino superior. O pesquisador considera o mecanismo válido para a inclusão social, porém acredita que a boa administração seja essencial para o sucesso do projeto e fato decisivo para não haver conseqüências negativas. Fica claro que, para o desenvolvimento positivo das cotas, basta o planejamento estruturado baseado em pesquisas. Não são os negros que desqualificarão as universidades públicas e sim um projeto sem bases científicas, mesmo

---

<sup>57</sup> Revista *Veja*, edição Abril de 2004.

<sup>58</sup> Professor da Universidade de Michigan nos Estados Unidos.



porque os beneficiários das cotas não são despreparados, eles atingirão as notas exigidas pelo vestibular tradicional, só que contarão com uma reserva de vagas específica para a população negra.

A título de comprovação do erro das críticas quanto à qualificação negra, temos a experiência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro que, através de um levantamento<sup>59</sup> apontou que os alunos negros cotistas tiveram desempenho igual ou superior aos estudantes que não foram assistidos por essa medida especial: 49% dos cotistas foram aprovados em todas as disciplinas no primeiro semestre da experiência em 2003, contra 47% dos alunos que entraram sem a medida. Isso explica que os alunos beneficiários das cotas estão com rendimentos que não possibilitam a queda das universidades, sem esquecer que a taxa de evasão dos cotistas no mesmo período foi menor que as demais.

A proposta de Tarso Genro foi fruto de uma conscientização das cotas, que passou a ter mais relevância com a entrada do ministro atual. Cristovam Buarque, antecessor de Tarso, confirmava publicamente a sua oposição às cotas. Mesmo reconhecendo que a elite brasileira não é composta por membros afro-descendentes, e que existe a necessidade de um projeto voltado para esta democratização racial, argumentou que o sistema de cotas não é o melhor caminho, pois acreditava que os pobres continuariam excluídos<sup>60</sup>.

Mas, entre as duas opiniões políticas, ambos acreditam que a educação é o melhor caminho para o desenvolvimento, e um país desenvolvido na área educacional é visto positivamente no cenário internacional. Cristovam Buarque encerra seu entendimento através da seguinte frase: “Quando se faz uma revolução não é o fuzil dos revolucionários que traz igualdade, é o lápis que constrói a igualdade.”<sup>61</sup>

Apesar de serem contra o sistema de cotas, várias autoridades na área educacional, como o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa, reconhecem que a universidade pública não é democrática, uma vez que apenas 3% dos universitários são negros e

---

<sup>59</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), acesso em 01 mar 2004..

<sup>60</sup> Correio Braziliense, [www.correioweb.br](http://www.correioweb.br), acesso em fev 2003.

<sup>61</sup> Site, [www.adufepe.com.br/cotas.htm](http://www.adufepe.com.br/cotas.htm), acesso em 01jan 2004.

que este grupo racial constitui quase metade (46,5%) da população brasileira. “De nada vale a ciência, as inúmeras pesquisas realizadas por importantes instituições como IBGE, IPEA, Banco Mundial, UNESCO, entre tantas outras, e as dissertações e teses defendidas no seio das melhores universidades públicas, que evidenciam as iniquidades raciais no Brasil se não houver uma implantação urgente das políticas afirmativas.”<sup>62</sup>

## **CAPÍTULO IV – AS COTAS SEGUNDO A VISÃO DO MOVIMENTO NEGRO**

Neste terceiro capítulo, vamos analisar as ações afirmativas e o sistema de cotas a partir de dois olhares negros da sociedade. foram entrevistados<sup>63</sup> Ivan Braz Conceição, militante do movimento negro desde a década de 70, gerente de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), hoje supervisionando e coordenando ações governamentais que visam desenvolver políticas públicas de redução das desigualdades no universo da população negra e, Jacira Da Silva, jornalista da comunicação social do Ministério da Educação, membro do Movimento Negro Unificado do DF. Os entrevistados buscam os mesmos objetivos da causa negra: o fim do racismo e a busca da igualdade, através da promoção de oportunidades. O MNU, um dos organismos de consciência negra<sup>64</sup>, surgiu em 1978, e veio reorganizar os objetivos desta luta e estabelecer pautas e estratégias de lutas que visavam à defesa do povo negro em todos os planos: político, econômico, social e cultural. Ainda que possuam

---

<sup>62</sup> Jornal da Ciência, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, JC e-mail, 24 mar 2004, “Política de Cotas”.

<sup>63</sup> Entrevista realizada em Brasília – DF em 18/05/2004 e em 03/06/2004, respectivamente.

<sup>64</sup> Na história de luta das entidades negras no país, é possível registrar, após o período de escravidão inúmeros empreendimentos de resistência, luta e consciência em pró da causa da população negra. Para citar apenas um dado relevante comprovando esta realidade, cito a existência da FRENTE NEGRA BRASILEIRA, entidade partidária surgida no ano de 1931 na cidade de São Paulo, extinto no ano 1937 por Getúlio Vargas que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos do país. Série depoimentos, Barbosa, Márcio (org.) Ministério da Cultura, São Paulo: Quilombhoje, 1998.

objetivos comuns, Ivan e Jacira possuem diferentes opiniões que, muitas vezes podem ser convergentes. Mas isso não significa que fugirão do princípio maior da causa negra, apenas acreditam em caminhos diferentes para se alcançar um mesmo objetivo.

Percebe-se que as posições sociais ocupadas pelos entrevistados são diferentes, Ivan Braz está dentro da estrutura do governo, tendo seu papel de gestor de políticas que atendam às reivindicações do movimento negro, não deixando, portanto, de ser membro deste último. Jacira se encontra em posição metodológica oposta, representando uma entidade não governamental que reivindica direitos e benefícios para a população negra, e traz para o debate as críticas em relação à posição oficial do Estado sobre o sistema de cotas.

Dialogando com os entrevistados, foram apresentadas questões relacionadas ao sistema de cotas nas universidades, o critério para se beneficiar do programa, até que ponto se criará uma elite negra dentro das universidades, as cotas como meio de redução das desigualdades, a questão da discriminação e opiniões com relação ao papel do governo federal dentro deste sistema.

Quais os principais desafios das cotas perante a sociedade e o governo? Ivan acredita que a falta de consciência social e política de ambas as partes faz com que a sociedade se torne cada vez mais “apodrecida” de valores e em função de uma supremacia racial branca que se arrasta por vários anos, desde o período da escravidão. Acredita-se que precisa avançar sobre a discussão racial além da área educacional, precisa-se atingir o mercado de trabalho, as ações afirmativas precisam trabalhar em função da igualdade de oportunidades para que todos tenham acesso ao conhecimento que a elite intelectual monopoliza.

**Quais foram as principais dificuldades para o debate das cotas? Não só o preconceito que já existe, mas também por parte do governo e as reações gerais?**

Ivan - A principal dificuldade é a falta de conhecimento da sociedade, a falta de consciência, consciência social e política de ambas as partes, tanto da sociedade quanto do estado. Por parte do movimento desinformado e uma parte da sociedade que não conhece o sistema e as vezes ela é chamada a dar opinião sobre um tema que ainda é desconhecido. Muito embora o tema esteja em pauta muita gente ainda não sabe. O estudante que for do sistema de cotas, ele vai passar pelo

vestibular, ele tem que fazer a prova e tem que ter a nota mínima, que é a nota de corte, para poder passar. Isso não significa, portanto, que a pessoa não esteja habilitada, até porque a nota de ingresso que é auferida no vestibular nem sempre expressa a qualidade do aluno na universidade. Pesquisas mostram que os alunos que entraram por cotas tem tido desempenho superior aos que se prepararam em cursos preparatórios, normalmente, os alunos negros estudantes que vão entrar por este mecanismo de cotas, eles são oriundos de escolas públicas e não se preparam em cursinhos pré-vestibulares, então tudo isso tem sido a dificuldade das pessoas entenderem, na verdade, eu diria que se não preconceituosa, mas ela tenta confundir a opinião pública de que os alunos que optarem pelas cotas vão diminuir ou baixar a qualidade. Veja só qual é a maior dificuldade, nós vivemos em uma sociedade de “valores apodrecidos”, uma hipocrisia fantástica, essa luta da comunidade negra por ações afirmativas, por cotas, para estudar, eles não estão deixando, não deveria causar tanta perplexidade, tanta polêmica, enquanto na medida que eles querem ter acesso ao conhecimento, quem ganha é a nação, Todos ganhariam com isso. Quem pensa num país, numa sociedade livre, numa sociedade soberana e justa, não poderia se não aplaudir a iniciativa de forçar e estar brigando para poder acessar o ensino superior. Nós temos um histórico não muito, eu diria, que não nos credencia muito no ponto de vista das relações humanas que é a questão do escravismo, o que ela traz? A idéia de supremacia racial que está incrustada, portanto não permitir que o diferente possa estar no mesmo patamar de conhecimento, não significa nem sob o ponto de vista econômico, não é nem isso, é porque isso aí é permitido para aqueles que se julgam serem superiores. O histórico nosso de último país a promover a libertação dos escravizados não deixa dúvida quanto a isso, e ainda há uma resistência enorme em alguns setores da sociedade, eu tenho dito que em alguns casos o que mais me deixa intranquilo, e até indignado, é quando vejo intelectuais se posicionarem contra, fico imaginando que um intelectual que se posiciona contra, ou não conhece a história, ou se nega, ou é maldoso, ou um racista convicto. Porque não é admissível que alguém que tenha acesso ao conhecimento, acesso aos livros e que tenha uma capacidade de interpretação, não possa se indignar com a situação que a população negra vive. E aí eu não me refiro só à área educacional, nós estamos começando o debate está sobre a questão educacional, e o mercado de trabalho? E os salários diferentes?

Sobre a possibilidade de se criar uma elite negra na universidade, o entrevistado acredita que é justo, já que existe também uma elite branca nas universidades, no poder e nos meios importantes da sociedade. Não só por ser justo, mas pela questão da representatividade do negro neste meio elitizado, ele precisa se enxergar lá, ter referências. Indigna-se com a sociedade branca brasileira que reprova esta luta para se ter acesso à universidade, sendo a educação um direito universal.

**Vai se criar uma elite negra dentro das universidades? Digo isso porque os alunos que serão assistidos pelas cotas são aqueles que já tiveram condições de cursar o ensino médio, enquanto existem muitos outros que nunca tiveram oportunidade de freqüentar a escola primária e estes alunos não poderiam sequer chegar ao vestibular.**

Vamos responder em duas partes: Primeiro que, se efetivamente criássemos uma elite negra, não teríamos direito a tal? Já que temos uma elite branca e secular. Por outro lado, tem o seguinte: o movimento social negro, há muitos anos vem denunciando e as vezes reivindicando referência. Ou seja, o sujeito que ascende na sociedade, seja através de uma formação superior ou não, ele tem como referência, provavelmente o pai vai ser referência para o filho. De modo que não se trata de uma elite estática, é uma elite que vai estender a mão e puxar os que vêm de baixo. As cotas não são vitalícias, é uma medida temporária, nós esperamos que num curto prazo, 10, 15, ou 20 anos, possamos ter equalizado, ou seja, ter um equilíbrio nestes espaços da população negra, isso não significa que vá acabar, mas nós vamos minimizar radicalmente, então dizer que aqueles que não conseguem nem chegar ao segundo grau vão ficar mais prejudicados ainda, é um equívoco. Porque vamos ter referência, doutores negros, médicos, advogados, cientistas negros, existirá referência para aqueles que não conseguiram, e esses têm compromisso. Nós, militantes negros, temos colocado com nitidez o compromisso com nossos irmãos que estão abaixo, aqueles que não conseguiram nem acessar a escola, analfabetos, os que estão abaixo da linha de pobreza na miséria absoluta. À medida que nós conseguimos furar este bloqueio, veja o que está por trás disso: a sociedade hipócrita não quer que este bloqueio seja quebrado, seja furado, tem um bloqueio. Do ponto de vista dos valores, a população negra, não tenho dúvida em afirmar isto, ela tem sido solidária, tem sido acolhedora, agora ela não é acolhida e não tem recebido apoio e solidariedade. Nós ajudamos a construir este país, e de fato ajudamos, de duas maneiras, com trabalho nosso, com força de trabalho que foi espoliada, desrespeitada, não tem adjetivo que possa qualificar isso, e a outra forma: servimos de mercadoria para construir essa riqueza, foi negociado, o Estado negociava, cobrava impostos, ora, então este Estado tem que reparar este dano, como é que repara? Temos feito um debate muito franco, muito honesto, muito democrático, um dos mais democráticos. A sociedade precisa rever os seus valores éticos, morais, porque os que estão aí não servem mais, os que estão aí estão levando ao caos, aí as pessoas ficam apavoradas com a violência, com os índices de violência, de prostituição, mas quem é que promove isso? Olha, estamos lutando por uma medida justa, honesta, democrática, e eles são contra ainda? Uma das resistências pode ser o medo de que se implementar cotas para negros, vai faltar espaços para não-negros, é verdade, não deveríamos todos nós estar brigando pela ampliação do número de universidades, eu não vejo eles se manifestarem desse jeito não, vejo eles serem contra, mas não vejo eles brigarem para que nós tivéssemos mais universidades para albergar todos que quisessem o conhecimento, olha, se o país de fato quer um nível, então precisa se fazer muito, estamos muito

atrasados neste contexto, se o direito está prescrito na constituição, direito à educação, e nós estamos só brigando pelos nossos direitos e isso tem causado um escândalo.

Quando questionado sobre a atual situação das universidades do país, frente às iniciativas iniciais de tentativa de estatização das vagas ociosas em instituições privadas pelo atual Ministro da Educação, Tarso Genro, Ivan afirma que houve uma capitalização do ensino superior, deixando sua função principal de geradora de conhecimentos para se tornar uma indústria.

**O nosso novo ministro da Educação<sup>65</sup> começou muito confiante, desejando implementar cotas através de medida provisória, recuou o debate em virtude da autonomia interna que as universidades possuem. Porém, o debate está voltando. O que você acha das estatizações das vagas nas universidades particulares? Seria a ampliação desse número de vagas citadas anteriormente?**

Eu sou um pouco suspeito para falar disso porque, se o ensino virou mercadoria e virou uma mercadoria de luxo, poucos podem acessar, acho que tem que ir muito mais além de estatizar as vagas, tem que rever essa concessão de filantropia, porque existe algo atrás disso. Isso sim tem que abordar, descobriremos o que está por trás deste sistema filantrópico, quem está dominando o dispasse de produção de conhecimento, na mão de quem está isso? Isso nós precisamos rever, este debate tem que vir a tona, e nós militantes estamos tomando uma iniciativa importante, mas que ainda não resolve, temos que botar o dedo mais a fundo nesta ferida. Porque se tem domínio, desde os cartéis instaurados historicamente, e a sociedade vai ter que pensar e repensar isso, onde é que está este domínio do conhecimento? Acho que é uma medida importante, ajuda neste debate, mas que ainda é insuficiente.

O militante negro acredita também que a questão racial está contribuindo para o debate de outras questões como da desigualdade econômica fora do escopo das relações raciais. Sabe-se que nos níveis de pobreza encontramos altos índices da população negra, porém Ivan acredita que formular um projeto para atender somente aos “pobres” do sistema é pura ideologia porque já existiram várias outras tentativas neste sentido e os resultados alcançados não atingiram a população negra. O Gerente de Ações Afirmativas da SEPPIR considera que precisam existir.

---

<sup>65</sup> Na reforma ministerial, saiu Cristovam Buarque e assumiu Tarso Genro como Ministro da Educação.

programas voltados para a questão racial, pois os negros são os mais pobres dentre os pobres e o Estado precisa pagar esta dívida com os excluídos.

**E a questão de que agora o Governo Lula não asseguraria não apenas os 20% para negros, mas 50% dentro da rede pública e minorias étnicas?**

O governo tem se preocupado em atender os mais pobres, então dentro das minorias étnicas estão os mais pobres, quando se coloca 50% é para atender isso, não tenho dúvida, agora veja só: se somos nós, do movimento social negro, trazermos para a pauta essa questão das cotas, e esse debate, os mais pobres estariam esquecidos também. Essa é a grande sacada e as pessoas vão ter que perceber, na medida que estamos fazendo um debate sério sobre essas questões estamos puxando juntos os mais pobres, e de uma forma mais pacífica possível, pode observar, nós não temos feito nenhuma manifestação mais radicalizada, temos feito uma manifestação pacífica, mostrando para a sociedade o quanto ela precisa avançar, o quanto o Brasil precisa evoluir humanitariamente. Nós temos sido solidários a isso, muito embora, em algum momento prejudique e torne a questão racial ainda mais difícil, conseguimos ver que nos mais pobres, os indicadores sociais mostram com muita nitidez, quem realmente são os mais pobres.

A questão da pobreza, eu tenho dito para alguns, que a elite mantém alguns não-negros na pobreza para justificar a quantidade de negros. Porque ela não poderia dizer, jamais, que são só os negros, ficaria muito mais escancarado. Então, ela mantém uma quantidade razoável de pessoas na miséria, de não negros para justificar. De modo que a pobreza sempre foi “privilégio” dos negros. Esse “privilégio” parece que “eles” querem perpetuar. Que tal “eles” experimentarem este privilégio? De viver na miséria sem ter acesso à saúde, à educação, ao conhecimento, sem ter acesso aos bens materiais necessários para a sobrevivência. Então dizer que vamos atender aos mais pobres como critério único, e todos os programas sociais que já foram implementados? Se você tiver acesso e a oportunidade de checar, ainda que eles atendam os mais pobres, eles não conseguem atender as minorias étnicas, uma totalidade que na verdade não é minoria, é uma maioria de negros. Então o debate de atender só os mais pobres, nós não somos contra, pelo contrário, tem que atender, agora, historicamente os mais pobres dentre os pobres são os negros. Vamos exemplificar: olhe como isso é complicado, qual é o fenômeno que explica que entre os pobres e que entre as empregadas domésticas, por exemplo, a empregada doméstica negra ganha a metade da empregada doméstica não negra, fazem parte da mesma categoria profissional, qual é o fenômeno que explica isso? É a pobreza, ou é o fenótipo? E é o fenótipo naquela pessoa que eu falava para ti, se ela é negra, ela é inferior, porém tem que ganhar menos. Nenhuma força de trabalho tem sido tão desrespeitada quanto a força de trabalho de homens e mulheres negras, sobretudo das mulheres negras, que ganham a metade. Para se ter uma idéia, a média salarial de um homem negro é metade de uma mulher não negra, aliás estes indicadores estão aí para todos acessarem. Na verdade um tanto hipócrita, dizer: somos contrários. Qual é a outra alternativa que se apresenta? Apresentem uma

alternativa que não seja estas que estão vigendo há cem anos ou mais. “Ah, mas nós vamos atender todos os pobres”, ora isso não é verdade, se fosse verdade há muito que a miséria e os negros já estariam fora disso. Cotas, dependendo do ângulo e da interpretação, sempre existiu, não para negros, mas para a elite que sempre teve cotas, e eu posso citar muitos exemplos de como a sociedade está “cotizada”, é que se estigmatiza cotas quando se refere à questão racial, sobretudo aos negros. Esta é que é a dificuldade, e aí reafirmo o que havia lhe dito, a menos que alguém me prove o contrário, que não é ainda aquilo que está incrustado, que é a idéia de supremacia racial, ou de inferioridade dos negros com relação aos não negros, se não for isso, me mostre outro caminho. Tem-se consciência de que as cotas visam atender a desigualdade que existe entre os negros e os brancos, e sabe que a discriminação racial não será superada com esta medida. Não se busca ser igual ao branco, busca-se oportunidades de viver em condições mais humanas, usufruir de um processo no qual nunca fez parte, mas que almeja equiparação.

### **E uma vez implantada as cotas, qual o objetivo principal do projeto? Desigualdade econômica, ou a questão da desigualdade racial?**

Primeiro, quando se fala em igualdade racial a gente não está querendo ser igual, o que queremos é igualdade de oportunidades, ou seja, igualdade de direitos. Porque nós temos o direito de sermos diferentes e de sermos respeitados pelas nossas diferenças. Então nós buscamos o equilíbrio, a disparidade é gritante, vergonhosa, é indigna de um projeto de nação, uma nação evoluída humanitariamente não pode se permitir, se dar ao luxo de manter com estes indicadores desta forma. Exista um problema racial que está sendo desconsiderado e que se apresenta gritante aos olhos de qualquer um. A concentração de renda, por exemplo, nós somos os campeões de concentração de renda no mundo, nós somos a décima quarta economia do mundo, segundo os últimos dados, deveríamos ser o décimo quarto em distribuição de renda. De quem é a função do equilíbrio? Não é das pessoas. Quem tem que buscar este equilíbrio é o Estado brasileiro e os municípios têm que se preocupar com isso.

O entrevistado diz que o Estado e a sociedade não conseguem visualizar a possibilidade de um novo projeto de nação, pois o negro busca poder e inúmeros outros benefícios para a população brasileira, a elite terá que ceder o poder, porém terá acesso a uma outra história porque a conquista de oportunidades trará novos talentos, maior distribuição de riquezas e com certeza uma sociedade mais desenvolvida economicamente. Diante disso, o Estado não pode se manter imparcial apenas para manter seu lugar de destaque, monopolizar as melhores situações, precisa oferecer igualdade de oportunidades para todos, e os negros têm direito de participar como atores no cenário político e social nacional.



**Com isso, o senhor está afirmando que o Estado que se diz imparcial na verdade não é.**

Nunca foi, eu te digo a questão, a prática de racismo, quem é que aboliu a escravidão, não foi o estado? Não foi uma atitude de Estado, não teve uma assinatura de alguém que representasse o Estado para proibir a escravidão? Digo mais, eu afirmei aqui que o Estado cobrava impostos das transações comerciais que vendiam seres humanos, era uma política de Estado, e ainda é, porque quem criou este estado foi uma elite dominante que ainda quer assegurar os seus direitos, agora não permite que outros tenham, aliás este que é o grande debate, um conservadorismo que elas deveriam repensar. Para concentrar renda e continuar se completando, dominando esta elite forte, perversa e mesquinha precisará resistir a esta nossa luta, o que não é o nosso objetivo. As pessoas deveriam estar mais abertas porque elas têm acesso ao conhecimento e sabem da importância disso para todos os setores de uma nação que pretende ser desenvolvida. Quais são os objetivos? Buscar um equilíbrio aceitável e a questão econômica seria consequência. Eu quero dizer mais, nos EUA, 40 anos atrás quando negros conquistaram seus direitos civis isso causou um “boom” na economia americana, o povo não está vendo, o governo não está conseguindo enxergar o quanto o país irá ganhar com isso em todas as suas dimensões. O problema é que a elite não admite que outros possam se beneficiar, mas aí eu quero dizer o seguinte: todos ganharão, na medida que esta parte da sociedade está sem acesso a bens de consumo, a bens materiais, de conhecimento, e então quando passar a ter, todos vão ganhar. Veja, há um debate também bastante hipócrita sobre o livre mercado, oferta e procura, nós temos uma demanda reprimida enorme, quando estas pessoas tiverem oportunidade de consumir, o mercado ficará aquecido e quem faz parte desta demanda reprimida? Na sua maioria, os negros, eles estão reprimidos tanto do consumo quanto de produzir, e quanto mais de produzir intelectualmente. Quando não temos acesso, quando a maioria está fora dos espaços de produção de conhecimento e pesquisa, que são os centros acadêmicos, eles não podem produzir intelectualmente, não podem propor. Quando estamos fora dos espaços de decisão política, nós somos minoria também e os negros estão fora das proposições mais avançadas. Todos ganham com a diversidade de valores, de pensamento, de conhecimento, de saberes que estão adormecidos. Certamente viveríamos numa sociedade muito mais avançada, muito mais desenvolvida, está cheio de valores adormecidos, os estudos mostram isso, os meninos que tiveram acesso pelas cotas tiveram desempenho elevado, isso estava adormecido, e ainda existem milhares sedentos de desenvolver o seu conhecimento e não estão tendo oportunidade. Isso que estamos buscando, e esses são os nossos objetivos, buscar o equilíbrio de oportunidades com essa medida, e deve ser através de uma política pública.

Ao finalizar, Ivan ressalta a importância das ações do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, no plano racial. Ele acredita que o governo atual tem buscado refletir com mais seriedade

as questões étnico-raciais e se sensibilizar diante da situação do negro na sociedade. Medidas como a criação da SEPPIR ajudam a institucionalizar questões raciais, dentre outras medidas citadas ao longo da entrevista, inclusive o apoio que o estado vem recebendo dos organismos internacionais, que referendam a importância que este tema possui e a representação deste junto a população negra a nível nacional e internacional.

### **Por que o debate está tão sério? É pela questão de termos esperado tanto tempo ou por algum apoio especial?**

Há um avanço e a democracia te permite isso, o regime democrático e a liberdade de expressão, ou de expressar, tem contribuído para isso. Exemplificando, um sistema eleitoral onde os mais pobres estão buscando uma consciência política, desperta uma eleição de um metalúrgico para presidente da república, tem ajudado significativamente. A atitude deste governo ter criado esta secretaria (a SEPPIR), eu diria que isso tem contribuído. Vou citar quatro momentos dos mais importantes deste governo para a questão étnico racial. Quando o Lula tomou posse, com nove dias de governo, 09 de janeiro de 2003, ele assinou um decreto alterando a LDB<sup>66</sup>, através da lei 10.639 que obriga o estudo da história afro-brasileira nos currículos escolares no ensino fundamental, foi uma das principais conquistas nossas. Estamos mexendo nas bases da discriminação, do racismo e do preconceito, que é no meio educacional, ou seja, no formador de conhecimento, então o presidente teve esta atitude. Depois, a segunda atitude: no dia 21 de março, ainda no primeiro ano de mandato ele criou esta secretaria<sup>67</sup>, secretaria especial de promoção racial, promoção de igualdade e de oportunidades. Nós não vamos propor que brancos e negros sejam iguais na sua peculiaridade, estamos querendo propor a igualdade de oportunidades. Depois, a terceira atitude: no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, que também o presidente instituiu por decreto, ainda não é o feriado, o movimento negro ainda reivindica pelo reconhecimento da data, mas é uma data oficial que ela seja reconhecida como data oficial nos currículos escolares de 20 de novembro de 2003: a Lei 4886 de 20 de novembro de 2003, que institui a política nacional de promoção da igualdade racial, e o decreto 4.887 de novembro de 2003, que dá novo ordenamento jurídico à titulação e reconhecimento de terras remanescentes aos quilombos. Então veja, tem uma seqüência, a Lei 10.639, a criação da SEPPIR, 20 de novembro, e agora por último este debate de cotas nas universidades que o presidente tem se sensibilizado, instigado, tem se comprometido, tem feito, ações insuficientes ainda porque a sociedade está muito resistente, mas agora não tem volta, o movimento social negro evoluiu. A implementação de cotas, através das ações afirmativas nas

---

<sup>66</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394 do ano 1996.

universidades, tem no mínimo quinze estados, que já estão implementando e vai para além das universidades, eu posso te dar o exemplo da prefeitura de Porto Alegre que implementou as ações afirmativas no serviço público, tem cotas para acessar o serviço público e por aí vai, e a iniciativa privada também está se dando conta, então há uma sensibilização, e retornando a origem de sua pergunta, e é neste governo que é democrático, que não sufoca o debate, mais do que se instiga, faz com que a sociedade discuta seus problemas, e que encontre os caminhos, ora, a solução não está somente no governo, está na sociedade. O governo tem que ser instigador e tem que ser o indutor deste processo e o implementador daquilo que é a vontade da sociedade, este governo tem sido em alguma medida isso, esperamos que este processo não seja interrompido por nenhum outro. Você tem idéia do que é mexer na LDB? Essa que é a questão, a obrigatoriedade do estudo afro-brasileiro, conhecer suas origens, ter direito de saber quem eram seus avós, seus bisavós, o que faziam, por que faziam? Por que vieram parar aqui? Quais eram os costumes? Para você se identificar precisa buscar seu passado, entender o presente e o futuro. O que ocorreu no passado que justifique isso? O que está acontecendo no presente e qual a realidade atual que justifica isso? Quais transformações você vai ter no futuro que justifique isso? Se nós observarmos passado, presente e futuro, não há como ser contra as ações afirmativas. A ONU tem sido parceira, e os vários organismos ligados à ONU, a Organização Internacional do Trabalho, a UNESCO. Durante a Conferência de Durban, na África do Sul este debate veio à tona com muita força, ajudou bastante, e tem servido de referência. Trouxe para a ordem do dia a pauta internacional.

Na entrevista realizada com a Sra. Jacira, notamos um tom mais preocupante com relação às cotas. À frente do movimento negro, ela acredita que o debate das cotas possa vir a calar uma luta antiga. E acredita também que o sistema de cotas não seja um modelo pertinente à população brasileira. Ao comparar a experiência nos EUA, acredita que a nossa sociedade ainda não está conscientizada sobre a questão racial e este caminho não pode ser trilhado antes que esta conscientização ocorra entre todos, até mesmo entre a população negra.

### **Jacira, qual sua posição em relação às cotas? Você é contra?**

Não é ser contra ou não, isso é uma avaliação depois de trinta anos de militância, da qual faço parte há dez anos, tenho um entendimento que trata de um mecanismo paliativo. A questão da adoção das cotas, não começou agora, é um modelo norte-americano, experiência de outros países, que foi colonizado diferentemente do modelo brasileiro. Primeira coisa: o grande desafio da sociedade brasileira, que é racista, machista, como a nossa, é trabalhar num processo constante de conscientização, saber que sou negro, o que significa ser negro neste país e em qualquer país racista que é excludente. Então, a população negra faz parte da grande maioria excludente do país, que não

é atendida com medidas públicas. Então, eu participando do movimento social e, em especial, do movimento negro que combate o racismo, considero que deveríamos estar trabalhando mais, como a gente tem feito estas três décadas, décadas do tempo contemporâneo, porque o movimento negro existe sempre, a partir do momento da resistência e dos movimentos contrários do processo escravocrata, e nós, da década de 70 para cá, nos constituímos como o movimento negro organizado. Para nós, o importante é trabalhar este processo de conscientização, saber o que é ser negro neste país, buscar mais oportunidades, ou oportunidades que a gente não tem, valorização da nossa história, da nossa cultura para aumentar a nossa auto-estima e da sociedade como um todo para podermos estar avançando, primeiro ponto. Segundo ponto, a minha própria entidade, o movimento negro unificado, ela foi criada em 78 com o objetivo de reunir várias entidades negras, este objetivo foi alcançado em função de diferenças políticas e de metodologias de ações e está dividida em nove estados. Dentro da nossa própria instituição, está dividido este pensamento, mas é um processo democrático, temos a liberdade de expressão e consideramos que da forma que está sendo pleiteado a implementação das ações afirmativas, sem o debate, ficou aquela preocupação da identidade. E aí trabalhamos da seguinte forma, nós, negros conscientes, afirmamos que somos a maioria mais elevada população brasileira, de acordo com estes mecanismos do IBGE, sempre denunciemos essa falsa democracia racial que não trabalha com a identidade cultural do povo negro, para ele não se organizar, não se assumir e nunca saber quem é ele diante da multidão. Algumas teses trabalham com a hipótese de que a “cor é secundária, nós somos seres humanos, somos acima, todos somos iguais”, isso é perante a lei, mas na prática nós não somos, e a cor, a pele, nos divide, nos determina onde vamos ficar, que salário eu vou ter, onde vou trabalhar, e até onde vou estudar. Então, este padrão nosso não permite implementarmos um sistema de cotas, somos brasileiros que não assumimos nosso papel, nosso lado negro na sociedade brasileira, só quando se trata de folclore: folclorizada, usada, comercializada. Este processo é muito diferente dos Estados Unidos, lá sabe-se que é negro, porque que é negro e o que significa ser negro, porque o racismo não tem fronteira, e quem está defendendo as cotas sabe que são medidas com tempo determinado, porque isso não vai combater o racismo, também não estou dizendo que a adoção de cotas vai prejudicar o combate ao racismo. Vai prejudicar no sentido de que este processo de conscientização ele vai ficar mais “light”, o Estado lava as mãos porque deu 30%, 40% de vagas. Pelo que temos que lutar? Por mais universidades públicas. Então tem que se buscar nas universidades públicas e quanto à questão racial, buscar este trabalho de conscientização, desde a base: tem que se dar desde o jardim da infância, desde os livros didáticos, desde os professores. Temos que trabalhar desde a constituição da escola, dessa educação formal, aquela educação formal onde não tem lugar para eu negro. Veja bem: os livros didáticos são pejorativos, nós só fomos escravos, nós somos vistos na história como resistência física, trabalha-se ainda este processo de que escravo foi preguiçoso, nunca quis nada. Sempre fomos acusados de fazer como “racismo às avessas”, e isso não é verdadeiro. Só esta ideologia que permeia, então é isso que temos que combater, óbvio que este processo de ações afirmativas como está colocado, que vem

importado, ele diz que não são só as cotas, precisa do apoio de outras ações para se ter sucesso, agora não acreditamos no sistema de cotas sem a conscientização. Não estou falando deste debate que está em evidência nos dias atuais. Conscientização é você saber o que significa o seu papel como indivíduo e tentar alterar o seu país, isso é conscientização. Conscientização não é ir para uma universidade, uma universidade que me exclui. Eu vou para a universidade, vou receber aquele conteúdo no qual eu não faço parte e vou me formar, o que alterou o meu ingresso na universidade? Óbvio, conhecimento geral, me situar dentro da sociedade, me profissionalizar. Mas eu, como indivíduo negro e negra, nada alterou, o centro acadêmico não me dá isso. O que é a nossa defesa? É de que vindo do ensino básico, da educação básica, onde a criança se vê de forma positiva, a criança vai ser tratada de forma positiva, ela vai ser um indivíduo completo e feliz, trilhando os caminhos da dificuldade que foi inerente de um país pobre, como é o nosso. Então, nós dizemos assim: estes meninos que estão ingressando hoje na universidade, filhos muitas vezes de casais multirraciais, que são casamentos que muitas vezes anulam um ao outro, quer dizer, o lado negro desta união é anulado. Quem que é branco no Brasil? Nós somos negros e não negros, mas assumir isso é difícil e por esta razão, afirmo que criou-se o branco brasileiro. Quando um negro casa-se com um branco brasileiro não melhora a sua aceitação na sociedade e no seu dia-a-dia. Muitas vezes o homem negro procura a mulher branca brasileira para poder ser aceito, nessa raça nossa machista que é ele quem escolhe. E destes casamentos nascem os filhos e eles não sabe quem é quem, qual a sua identidade? Sou negro ou branco-brasileiro? Então esse trabalho é importante para estar levantando o debate, agora de uma forma correta, nós estamos em desvantagem. Não houve uma estratégia para colocar esta discussão numa sociedade racista que é a nossa, qual seria a estratégia? É buscando esta Lei 10.639, que é a inclusão da história da cultura afro, da cultura afro-brasileira e da história da África nos currículos escolares, com uma releitura da história. Formar pesquisadores no nosso tema, dar visibilidade aos historiadores, dar condições de se descobrir talentos negros que têm aí e que está precisando ser melhor aproveitado, em termo de produção literária, produção histórica. Buscar o item cor, a forma correta sem esse mascaramento de várias etnias, várias cores. Isso tudo é um processo de conscientização.

Jacira considera os avanços invisíveis, mas acredita que a sociedade brasileira precisa propor um constante processo de conscientização, ainda falta muito, porém acredita que a limitação na qual o negro sempre esteve inserido está sendo ultrapassada, vencida aos poucos e este avanço percebemos com a presença do negro em vários segmentos antes não notados. Para ela, é muito mais importante que se ter o acesso aos bancos universitário é ser aceito como negro, se assumir perante uma sociedade, porque na medida que esta aceitação ocorre você será visto de forma mais humana e igualitária, caso contrário o negro continuará sendo visto de forma

negativa, irá resolver seu problema econômico, porém cada vez mais sendo visto como um ser humano inferior, incapaz.

**Você acredita que no Brasil é possível essa conscientização da forma como citou? Porque essa luta é antiga, sempre houve este objetivo e nunca se alcançou.**

Os avanços são muito invisíveis, quando cursava faculdade me lembro que éramos minoria, e queria discutir a questão racial e não deixavam, não havia espaço, criticavam: “para que isso? Nós somos todos iguais, você é minha amiga, não vou te discriminar.” Quando passei a participar do movimento negro unificado, que deu o clique da minha consciência racial, descobri porque era discriminada, porque era a única naquele espaço. Então a nossa luta é do sistema, é o Estado, por exemplo, quando cria uma secretaria a SEPPPIR, quando cria uma da questão da mulher também, são desafios constantes, esse é o processo de conscientização. Uma militante negra citou que não é importante colocar um ou dois negros uma propaganda institucional ou publicitária, para se dizer que está atendendo a pluralidade étnica. Isso não é verdadeiro, mas de qualquer forma é bem melhor do que aparecer o negro que só era do “Bom-Bril”, o negro era mil utilidades, o negro e a negra que eram empregados domésticos, serviços manuais, são os locais já definidos para os negros, para a população negra, e isso temos avançado. Quando no ministério da educação, neste governo nosso que estamos tendo esta oportunidade de estar levando esta discussão para dentro do estado de uma forma de igual para igual, com toda resistência que há, pode ser de direita, de esquerda, a questão racial transcende e tem suas dificuldades. Porque se tem estas dificuldades? Porque historicamente foi colocado, projetado, foi trabalhado ideologicamente de que o negro não tinha que passar daqui, porque passando daqui ele é uma ameaça, ele é uma população numerosa, e os dirigentes, os que sempre foram do poder, que estão com o poder, que é um grupo pequeno, eles não querem dividir. Porque deixaram de dar o crédito para os que sempre estiveram no poder, e estes mesmos irão criticar que o outro lado não tem competência para administrar. A mesma coisa é a questão do negro, ele tem que ficar até aqui, para lá ameaça o lugar que sempre foi do outro, que não dele, essa resistência é a questão das cotas. Óbvio que dá uma sensação horrível você entrar em uma universidade e ver 2,3,4 negros, e todos retraídos e contraídos. Para se ter idéia, quando se faz palestra de negros é ótimo porque você conversa de você para você, você olha para aquele aluno negro, incentiva ele olhar para cima, que ele é um ser humano como outro qualquer. Mas isso é um trabalho de muitos anos de lavagem cerebral. Então quando se trabalha naquela outra perspectiva de que você não consegue porque não se esforçou, você não está ali porque não foi estudar, você estará incentivando uma inferioridade maior que já existe. Agora onde estão as condições para você estudar? Para você concorrer de maneira igual. Ainda assim afirmo que sem a conscientização teremos negros resolvidos economicamente, financeiramente, mas que continuarão sendo discriminados.

A entrevistada acredita que o Estado queira se esconder atrás das cotas, se sentirá realizador deste papel na causa negra, porém argumenta que algumas poucas vagas não são suficientes para uma população que luta por medidas muito mais profundas, querem o reconhecimento de uma raça forte, capaz, querem ser visto economicamente, socialmente, politicamente. Cita quais são as formas mais justas do Estado reparar a sua dívida com o negro. Apesar de não apoiar o debate das cotas da maneira como está acontecendo, Jacira defende que o ingresso dos negros na universidade é algo viável sob o aspecto da capacidade intelectual do negro, reforçando a tese de que ainda é muito pouco perante a causa.

**As cotas resolvem o problema da desigualdade, mas não da discriminação ela não atende, e este desafio?**

O Brasil tem um cunho racista muito além da atualidade, vem de muitos anos. O negro é tido como despreparado para este sistema de cotas e para qualquer posição privilegiada nos órgãos elitizados, porém a experiência das cotas nas universidades mostram que os negros estão com notas melhores que os outros alunos. Você sabe que estas bolsas que os alunos usufruem tem algumas exigências e além da consciência que você está ali para estudar, tendo uma oportunidade única. Nas universidades públicas nós temos que trabalhar o professor, consolidar aquele espaço democrático que tem que ser a universidade, com as transformações da sociedade, fluir este debate. Não somos traidores da causa, simplesmente nós estamos com um olhar hoje diferente. Nós, do movimento negro deixamos nossas famílias em função de uma luta, reuniões, debates, de organizar a população negra para me contentar com 20% de vagas, eu não estou dizendo que ninguém está contente com isso, principalmente quem está defendendo, mas se contentar para o Estado sim se tranquilizar e dizer que está fazendo a sua parte. O estado brasileiro está realizando uma reivindicação do movimento social, com a força e pressão internacional, que são a Conferência de Durban. Agora a reparação é mais além, veja só, você me tirou da África, me trouxe obrigado, me escravizou, a ruptura da minha identidade cultural, ruptura da minha história, da minha religiosidade e você acha que pagar, vai acontecer o que? Vai retratar o que? Então essa reparação tem que ser no dia-a-dia do nosso trabalho, nossos salários, na nossa história dentro dos currículos escolares, isso tudo é reparação, uma reparação de um povo, de um estado, de um sistema para o povo, de uma forma que ele não se considere humilhado, vítima de um processo. A adoção de cotas é uma medida paliativa, é, é predeterminada? É, agora precisa estar juntos com estas outras ações. Contrária às cotas eu sou, nós somos, da forma que foi implantada sem o debate nas escolas, com os beneficiários, deveria ter se buscado aliados porque sem aliados você não muda nada, trazer o não negro para junto de você e fazê-lo entender que você está buscando o mesmo direitos dele, de que sempre nós fomos prejudicados em função da boa aparência, da minha origem, e é isso que

estamos construindo e é assim que gostaríamos. Uma outra preocupação que o MEC está tendo é de que cursos você pode? Muitos cursos você tem que investir alto, odontologia, medicina, engenharia.. comprar material didático, equipamentos caros, instrumentos de trabalho. Você já tem essa dificuldade, nós negros temos mais dificuldades ainda, até mesmo para comprar a passagem.. Mas tudo que o não negro tem dificuldade, o negro tem mais ainda, é real e percebemos através do cotidiano e isso já é visto como um retrocesso.

Jacira finaliza nossa entrevista ressaltando os pontos que o governo Lula tem buscado desenvolver dentro das questões raciais, os mesmos pontos expostos pelo anterior entrevistado Ivan Braz. Questiona o papel da SEPPIR, que poderia estar avançando muito mais no seu papel de coordenação de políticas e critica que estão com uma visão muito limitadora do seu poder, se fechando apenas para o debate das ações afirmativas enquanto ainda existe uma camada muito miserável da população que necessita de ações menores, porém relevantes para a sobrevivência.

**O governo atual tem ajudado bastante nesta questão racial. Quais as ações do Lula que você tem considerado mais importantes para esta questão?**

A fundação Cultural Palmares, que foi a primeira organização, teve uma comissão e depois transforma-se Fundação Cultural Palmares, que era o espaço de discussão da questão racial dentro do Estado. Porque nós da entidade negra sempre tivemos um pé atrás com o estado, e com o governo social, mas algumas medidas ao longo dos anos algumas experiências estão tendo visibilidade. Quando vem o governo Lula ele dá um salto maior, que é o compromisso dele com o partido dos trabalhadores, que tende a se concentrar nas especificidade, como da mulher, do negro, do índio, dos portadores de deficiência, vamos dizer os excluídos, e aí o governo tem esse compromisso. Cria-se a SEPPIR, que é esta secretaria, qual o papel desta secretaria? Eu questionei duas instâncias no estado, aí dividiu-se, a Fundação ficou com a parte cultural e SEPPIR articula, supervisiona todas as ações do governo no que diz respeito a população negra. Só que a SEPPIR com um ano e nove meses, foi a última secretaria a ser instalado no governo. Segundo, o conceito das ações afirmativas têm pegado pesado, através do programa “Diversidade na Universidade”, capacitação dos professores. Estamos vendo muitos saltos positivos, agora a SEPPIR precisa deslanchar para outras preocupações também: Ir onde a população negra está, população esta que está morrendo de fome, está sendo assassinada a todo instante, que continua sendo o primeiro suspeito. Trabalhar mais as leis que combatem o racismo, buscar implementação destas leis, colocar uma ação jurídica em favor das entidades negras, porque quando discriminados eles não sabem se dirigir. Aí a SEPPIR nos fala que ela é formuladora de políticas, é obvio o estado executivo formula políticas, ele não executa, agora a SEPPIR tem que subsidiar, fortalecer, criar condições para o movimento social negro e entidades afins, de direitos humanos levar essa luta, e



nós não estamos vendo isso, concentrou-se apenas na questão das ações afirmativas. Existe uma população negra que só começou a se interessar pelo debate quando viu que poderia se beneficiar, que fariam parte, é mais ou menos assim o resultado deste grupo: ele vai se formar, vai entrar na universidade, você vai comprar o seu apartamento, o seu carro importado e aí? O que você fez para o coletivo, para essa população negra como um todo? “Há mas eu sou um profissional..” E quem disse que você está livre do racismo? Porque você vai continuar sendo abordado pelo polícia, “de quem é este carro”? “Porque você está entrando pela entrada principal e não de serviço”? “Porque você é negro”, são estas sutilezas, fica-se com medo, porque nós seres humanos nós nos acomodamos, é uma coisa natural, e acomodar num avanço que agente vêm até agora, você me pergunta onde está o movimento negro nas ruas? Não temos que buscar soluções para o povo negro nos assentamentos, nas favelas, temos que conscientizá-los de que aquela situação não é por ser pobre, mas por ser negro, buscar a identidade racial negra, lá dentro. Qual o papel do estado? Formular estas políticas onde o estado entende que há racismo, precisamos diminuir esta desigualdade social e racial. Quem formula as políticas são os gestores políticos na administração pública, eles não têm o mínimo olhar negro, o olhar da mulher, entendeu? E precisa dar sua devida preocupação, ter compromisso, agarrar com unhas e dentes, quatro anos se passam rápido, precisamos, se formos capazes de deixarmos a política permanente, independente de quem esteja no estado, no governo, no ministério da educação, na SEPPIR, este que é o nosso grande desafio, e precisamos todos juntos, negros e não negros buscar essa igualdade racial. Cotas estão aí? A história irá dizer se foi correto, ou não, se foi por aqui ou se foi por ali. Precisamos acreditar que, estes alunos que serão ser os primeiros nesta experiência, sejam negros de alma, sejam justamente os conscientes para assumirem um nessa transformação geral da sociedade, buscando ampliar a conscientização mundial.

## CONCLUSÃO

A área de Relações Internacionais se dedica ao estudo das estruturas, processos, instituições, atores e normas que caracterizam o sistema internacional. Contudo, as reflexões sobre temas globais presentes no debate internacional, tais como direitos humanos, meio-ambiente, narcotráfico, movimentos migratórios, conflitos étnicos, exclusão social, entre outros, assumem um lugar de destaque na agenda internacional e trazem para a pauta do dia debates importantes, e com isso, temos um maior acesso a experiências resultantes de processos que ocorrem em vários países.

As ações afirmativas e o sistema de cotas não é um projeto brasileiro, é um modelo importado dos Estados Unidos e adaptado conforme realidade brasileira, e não consiste apenas em cotas ou atribuição de pontos a mais para negros nas avaliações para entrada em universidades, reserva também oportunidades no mercado de trabalho para negros e pontos a mais para empresas com empregados negros em licitações públicas, entre outras iniciativas. Porém, este debate acerca de políticas públicas contra o racismo só foi possível para nós, aqui no Brasil, e em outros países que buscaram esta alternativa, devido à internacionalização do debate sobre o racismo, o que reflete que um país já não consegue manter internamente assuntos ligados a políticas, saúde, educação e bem-estar de uma população. A globalização permite que o mundo compartilhe experiências positivas e negativas, e que se tenha um maior acesso a informações sobre assuntos diversos de todos os países.

Considera-se a reserva de cotas para negros nas universidades uma questão complexa, porém necessária, visto os dados apresentados ao longo do trabalho. Porém, a maior dificuldade se apresenta na resistência da sociedade em assumir a disparidade racial existente. Muito mais difícil que assumir é aceitar ceder espaço para uma população que nunca teve oportunidades.

Não estive aqui descartando que o não negro não necessite de ações afirmativas, mas a maior evidência é que temos uma parcela de quase 80% da população considerada branca nas universidades e apenas 9,64% afro-descendentes, dentre os quais o mínimo percentual de 1,3% de negros. Diante desta realidade, podemos afirmar que o negro, até os dias atuais, sempre teve muito menos oportunidades de acesso à educação que as demais raças. Acredita-se que estes índices sejam tão comprometedores porque temos nas raízes brasileiras uma educação endividada, conservadora, alienatória, não objetivada para a ascensão do negro, para mudar a realidade destes índices. Estamos lidando há décadas com um contexto ideológico de supremacia racial, permitindo o mascaramento do processo discriminatório, pouco ou nada fazendo para interromper este ciclo no qual o negro é vítima no Brasil.

Ao negro foi negada a igualdade de oportunidades e a educação negada lhe tirou o acesso aos seus direitos mais básicos, mais essenciais. Portanto, neste momento, precisa-se vencer esta resistência da elite, que insiste em monopolizar as melhores condições em todos os setores, e tentar resgatar na população negra novos talentos, novas visões e uma nova realidade brasileira.

As ações afirmativas e as cotas universitárias são ações reparatórias que deveriam ter sido aplicadas desde o momento da abolição. Na atualidade, não se trata de serem justas, mas são essenciais e urgentes para que possamos mudar a situação. O negro ajudou a construir a história brasileira oferecendo sua força de trabalho, então é justo que hoje, muito tardiamente, possamos reparar o mínimo das perdas que foram sofridas.

Excluir uma população de aproximadamente 46,6% de brasileiros prejudica economicamente um país. No momento que um cidadão é excluído do mercado de trabalho, ele também passa a não pertencer ao mercado consumidor, este processo gera concentração de renda e este ciclo vicioso gera instabilidades internas, contribuindo para uma visão negativa do país no cenário internacional. Sabe-se que o melhor caminho é inserir esta numerosa população na sociedade, através da educação, da instrução, do conhecimento.

Sabemos que as ações afirmativas não vão resolver o problema do racismo cordial brasileiro, mas no mínimo vão chamar a atenção dos brasileiros. Somente uma política pública

poderá proporcionar melhores oportunidades para o negro. Através do sistema de cotas teremos não só uma democratização dentro das universidades, mas também uma melhora sensível nos níveis de emprego, na distribuição de renda e melhoria do padrão de vida dos brasileiros negros.

Finalizo esta pesquisa ressaltando a importância de se buscar uma consciência social, reconhecer a importância de se valorizar a diversidade cultural e de enfrentar o racismo de frente. A partir do momento que nossos olhos permitirem esta visão teremos um país mais avançado em todos os setores, muito mais do que eu isso, um país mais humano.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DAMATTA, Roberto. *Relativizando, Uma Introdução à Antropologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

GOMES, Uene. *A educação negada ao Negro no Brasil*. 1990. 45f. Dissertação. (Graduação em Teologia) Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica de Goiânia, Goiânia.

GUIMARÃES, Antonio Sergio; HUNTLEY, Lynn (org). *Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra 2000.

MENDES, Candido. *Estudos Afro-Asiáticos*. 20. ed. Rio de Janeiro: Junho de 1991.

MOURA, Clovis. *Rebeliões das Senzalas*. 3. ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo: 1981.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz, 1985.

REVOREDO, Júlio. *Imigração*. São Paulo, Empresa Gráfica, Revista dos Tribunais, 1934.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SILVA, Petronilha e SILVÉRIO, Valter. (orgs) *Educação e Ações Afirmativas, Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP/MEC 2003.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano (org.). *Uma Dívida, Muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber*. São Paulo: Ed. Atabaque, 1998.

Cartilha da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Governo Federal, Maio de 2003.

Contrato de Empréstimo N.º 1406/OC-BR, Programa Diversidade na Universidade, Ministério da Educação e BID.

Diversidade na Educação, Reflexões e Experiências. Ministério da Educação, Programa Diversidade na Universidade, Brasília 2003.

REVISTA ÉPOCA. Artigo: *As cotas nos Tribunais*. Edição 24 fev 2003.

REVISTA VEJA. Artigo: *Não deu certo*. Edição 26 de fev 2003.

REVISTA ÉPOCA. Artigo: *Barrado no Shopping*. Edição 23 fev 2004.

REVISTA ÉPOCA. Artigo: *Cotas para Todos*. Edição 23 fev 2004.

REVISTA VEJA. Artigo: *Retrato em preto-e-branco*. Edição 21 abr 2004

CORREIO BRAZILIENSE. Artigo: *A cor da discórdia*. Publicação de 27 abril de 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. On Line. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/educacao](http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao). Acessos em Jan/ Junho 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: [www.unb.br](http://www.unb.br). Acessos em Jan/ Junho 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acessos em Jan/junho 2004.



